

**UNIVERSIDADE ABERTA**



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**„As Políticas de Língua e o Planeamento Linguístico  
em três antigas colônias portuguesas (Angola,  
Moçambique e Brasil) e em Portugal: passado e  
presente.“**

**ANEXOS**

**Carla Wess**

**Mestrado em Português como Língua Não-Materna na área de  
Políticas de Língua.**

**Graz, 2015**

## Índice de anexos

<b>Anexo I:</b> Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 383, de 18 de Abril de 1938 e Decreto-lei 1.545, de 25 de Agosto de 1939	III
<b>Anexo II:</b> Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939	XII
<b>Anexo III:</b> Decreto Nº 7.387, de 9 de Dezembro de 2010	XVI
<b>Anexo IV:</b> Carta do Observatório da Educação na Fronteira – OBED	XVIII
<b>Anexo V:</b> Release novo dicionário banto do Brasil	XXI
<b>Anexo VI:</b> Blog do IILP (excerto)	XXIII
<b>Anexo VII:</b> Notícias do Instituto Camões	XXV
<b>Anexo VIII:</b> Lei Nº 7/99 de 29.01.1999 referente ao Mirandês	XXVII
<b>Anexo IX:</b> Revista Çubiaco Nº01	XXVIII
<b>Anexo X:</b> Programa: 9 <sup>a</sup> Mostra de Cinema Brasileiro / Programm: 9. Brasilianische Filmfestpiele	XXXII
<b>Anexo XI:</b> Carta de Maputo de 14 de setembro de 2011	LXIV
<b>Anexo XII:</b> Manual Celpe-Bras	LXVI
<b>Anexo XIII:</b> As Instituições que antecederam o Camões, I.P.	LXXIX

## 15. Anexos:

**Anexo I:** Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 383, de 18 de Abril de 1938 - Publicação Original disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>, consultado em 25.05.2013.

e Decreto-lei 1.545, de 25 de Agosto de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html> consultado em 25.06.2014

### **Decreto-Lei nº 383, de 18 de Abril de 1938**

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

*Parágrafo único.* Excetuam-se da proibição contida no inciso 3º as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

Art. 3º É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 1º. Não poderão tais entidades receber, a qualquer título, sub-venções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

§ 2º. As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

Art. 4º As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

*Parágrafo único.* Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.

Art. 5º Das entidades a que se refere o art. 3º não podem no entanto fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.

Os que infringirem o disposto neste artigo perderão, ipso facto, os cargos públicos que possuírem e ficarão inhabilitados, pelo prazo de cinco anos, para exercer cargo dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do art. 10.

Art. 6º As entidades referidas nos arts. 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registo concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n. 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Art. 7º As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2º, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Art. 8º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.

*Parágrafo único.* Nos Estados e no Território do Acre, a faculdade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda que por via telegráfica, aos respectivos governos.

Art. 9º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim, o Ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministério, os funcionários que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Território do Acre, a funcionários indicados pelos respectivos governos.

Esses funcionários exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diárias e ajudas de custo, fixadas pelo Ministro e a critério deste.

Art. 10. Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do art. 6º do decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juízo do

governo.

*Parágrafo único.* As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições desta lei, bem como a quaisquer responsáveis pelos mesmos, seus sócios, contribuintes ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido, para este fim, aos governos dos Estados e do Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Francisco Campos

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 19/04/1938

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1938, Página 7357 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 53 Vol. 2 (Publicação Original)

**Decreto-Lei nº 383, de 18 de Abril de 1938**

EMENTA: Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

**TEXTO - PUBLICAÇÃO ORIGINAL**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1938, Página 7357 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 53 Vol. 2 (Publicação Original)

**Origem:** Poder Executivo

**Situação:** Não consta revogação expressa

**Vide Norma(s):**

- Decreto nº 3016 de 24 de Agosto de 1938 (Poder Executivo) - (Regulamentação). Art. 6º.

Indexação

PROIBIÇÃO - ESTRANGEIRO - PERMANÊNCIA - BRASIL - EXERCÍCIO - ATIVIDADE -  
POLÍTICA - DETERMINAÇÃO - COMPETÊNCIA - FISCALIZAÇÃO - MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

**Legislação Informatizada - Dados da Norma**

**Decreto nº 3.016, de 24 de Agosto de 1938**

EMENTA: Aprova regulamento para execução do disposto no art. 6º do decreto-lei número 383, de 18 de abril de 1938.

**TEXTO - PUBLICAÇÃO ORIGINAL**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/8/1938, Página 17078 (Publicação Original)

**Origem:** Poder Executivo

**Situação:** Revogada

**Vide Norma(s):**

- Decreto nº 11 de 18 de Janeiro de 1991 (Poder Executivo) - (Revogação).

Indexação

Estrangeiros - Direito de Associação

### **Decreto nº 3.016, de 24 de Agosto de 1938**

Aprova regulamento para execução do disposto no art. 6º do decreto-lei número 383, de 18 de abril de 1938.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição,

DECRETA:

Artigo único. Fica aprovado o regulamento que com este baixa, assinado pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, para execução do disposto no art. 6º do decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Francisco Campos

### **Regulamento aprovado pelo decreto n. 3.016, de 24 de agosto de 1938**

**Art. 1º.** A licença e o registo a que se refere o art. 6º do decreto-lei n. 383, de, 18 de abril de 1938, serão obtidos mediante memorial depositado na Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores e contendo:

- a) cópia autêntica dos estatutos;
- b) indicação do fundo social;
- c) nome, nacionalidade e naturalidade, idade e estado civil dos membros da administração, e forma de sua representação judicial ou extra-judicial;
- d) designação da sede social e dos locais habituais de reunião ou de prestação de serviços;
- e) nomes, sedes, diretores ou responsáveis por jornais, revistas, boletins e outros órgãos oficiais de publicidade.

**Art. 2º** Qualquer alteração dos estatutos ou da administração, bem como das sedes e domicílios a que se refere o artigo anterior, deve ser comunicada à Secretaria de Estado dentro de 30 dias: pena de cancelamento da licença.

**Art. 3º** As entidades abrangidas nas proibições e restrições do decreto-lei n. 303 deverão

dirigir-se ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com o fim de esclarecer a sua situação perante o mesmo texto de lei e, quando for o caso, requerer licença e registro dentro do prazo indicado no artigo seguinte.

O mesmo prazo fica assinado para o cumprimento das exigências contidas nos despachos do Ministro da Justiça e Negócios Interiores às petições ou consultas das entidades a que se refere o artigo anterior.

**Art. 4º** É os seguinte o prazo a que se refere o artigo anterior:

15 dias, para as entidades que têm sede ou sede principal, no Distrito Federal.

30 dias, para as que têm sede, ou sede principal, nas capitais dos Estados;

60 dias, para as demais.

Parágrafo único. O prazo, que o Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá prorrogar "ex-offício" ou a pedido, e atendendo a motivo de força maior, contar-se-á da data da publicação deste decreto, para as entidades que ainda não se dirigiram ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e para as que já obtiveram despachos às suas petições ou consultas: para as demais, da publicação oficial dos respectivos despachos.

**Art. 5º** Findo o prazo, e não satisfeitos as exigências do decreto-lei n. 383, bem como dos despachos às respectivas petições e consultas, as autoridades policias, "ex-officio", ou mediante aviso do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, procederão à interdição das entidades, ficando ipso facto cassados e passando ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ou a pessoa que este designar os poderes dos seus órgãos executivos, deliberativos, consultivos ou fiscais.

**Art. 6º** Ministro da Justiça e Negócios Interiores decidirá nos casos omissos e nas dúvidas que surgirem na execução deste regulamento e do decreto-lei n. 383.

**Art. 7º** Este regulamento entrará em vigor na data em que for publicado.

Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1938. - Francisco Campos.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 25/08/1938

#### **Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/8/1938, Página 17078 (Publicação Original)

#### **Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939**

Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do

Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 2º Ao Conselho de Segurança Nacional incumbe:

- a) sugerir as medidas legislativas e administrativas que julgar necessárias à realização dos propósitos definidos desta lei;
- b) dar parecer sobre as leis que com esse fim houverem de ser decretadas.

Art. 3º Incumbe ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

- a) velar pela execução desta lei e das correlatas, e coordenar, nesse sentido, a ação dos demais Ministérios,
- b) submeter ao Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os projetos de lei que se tornarem necessários.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
- d) estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituíam bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;
- f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

Art. 5º Incumbe ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

- a) fiscalizar, no meio trabalhista, a execução desta lei e das correlatas;
- b) exigir que, nos núcleos coloniais, seja observada a percentagem legal de brasileiros em quaisquer estabelecimentos agrícolas, industriais, comerciais e de crédito;
- c) reunir, nas comemorações cívicas, os homens do trabalho, das fábricas, do comércio e dos campos.

Art. 6º Incumbe ao Ministério das Relações Exteriores, por meio dos seus agentes diplomáticos e consulares nos países que mantêm em nosso território núcleos coloniais, informar o Conselho de Segurança Nacional das medidas nos mesmos tomadas com relação à emigração para o Brasil.

Art. 7º Além das atribuições que lhe competem por lei, o Ministério da Guerra cooperará com os outros Ministérios e os governos estaduais na prática das medidas que lhes incumbem.

*Parágrafo único* - Para os efeitos dessa cooperação, cabe ao Estado Maior do Exército:

- a) coordenar e dirigir as atividades do Ministério da Guerra capazes de concorrer para a realização dos fins desta lei;

- b) centralizar informações sobre o assunto;
- c) organizar os planos de ação para as autoridades militares e atualizá-los de acordo com as alterações que se verificarem;
- d) elaborar instruções para regular, nesse particular, o exercício das atribuições dos comandantes de Região e dos inspetores gerais dos grupos de Regiões;
- e) entender-se, em nome do Ministro da Guerra, com os demais Ministros de Estado sobre os assuntos referentes à execução desta lei e das correlatas;
- f) proceder à incorporação, nas fileiras do Exército, do maior número possível de filhos de estrangeiros, preferentemente em corpos de tropa aquartelados fóra da região em que habitem;
- g) prestar ao Ministro da Guerra e ao Conselho de Segurança Nacional, periodicamente, e sempre que se fizer necessário, as informações concernentes a matéria.

Art. 8º Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena:

- a) evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região;
- b) vedar a aquisição, por empresas estrangeiras ou seus agentes de grandes áreas de terra, ou de áreas pequenas desde que, de direito ou de fato, importem a formação de latifúndio;
- c) defender da absorção por estrangeiros as propriedades brasileiras situadas nas zonas coloniais;
- d) fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, si necessário, inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização;
- e) propôr a substituição dos funcionários ou autoridades, federais, estaduais ou municipais, que se mostrem negligentes na adoção e execução das medidas necessárias à realização dos fins desta lei.

Art. 9º Incumbe aos Interventores Federais:

- a) assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos governos dos Estados ou dos Municípios, e a sua reorganização quando não preenchem os requisitos desta lei;
- b) remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e localização de imigrantes;
- c) amparar, na esfera de suas atribuições e recursos, as organizações nacionais das zonas de colonização;
- d) promover, de acordo com as autoridades militares, solenidades cívicas e manifestações patrióticas nessas zonas;
- e) escolher, com especial cuidado, os funcionários administrativos, policiais e fiscais que deverão servir nas mesmas zonas;
- f) auxiliar as autoridades federais no desempenho das atribuições que lhes são conferidas.

Art. 10. É obrigatória a organização das escolas de instrução pré-militar nos estabelecimentos de ensino secundário.

Art. 11. Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos

expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Art. 12. Aos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões mais sujeitas á desnacionalização, a educação física, na fórmula obrigatória prescrita, poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Região.

Art. 13. Salvo licença especial do Presidente da República, que atenderá ao interesse nacional ou a motivo de grave dano de saúde, nenhum brasileiro menor de dezoito anos poderá viajar para o estrangeiro desacompanhado de seus pais ou responsáveis, ou permanecer no estrangeiro desde que os pais ou responsáveis voltem ao país. Às autoridades policiais e consulares cumpre velar pela observância deste dispositivo.

Art. 14. Em todas as ocasiões ou reuniões, de caráter particular ou público, deverão as autoridades federais, estaduais e municipais, sempre que lhes for possível e sem ofensa de qualquer direito e garantia individual usar de todos os meios adequados à difusão do sentimento nacional.

*Parágrafo único.* Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

*Parágrafo único.* Não se compreendem na proibição do presente artigo a correspondência e as publicações destinadas ao estrangeiro, bem como as relações com as comissões estrangeiras em serviço oficial no país.

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Art. 17. O Governo da União auxiliará os Estados para a organização de pequenas bibliotecas de livros nacionais nos centros de aglomeração de estrangeiros.

Art. 18. O Governo Federal ou os Governos Estaduais localizarão famílias brasileiras nas zonas do território nacional em que houver aglomeração de descendentes de estrangeiros.

Art. 19. O Presidente da República poderá, por sugestão do Conselho de Segurança Nacional ou dos Ministros de Estado, nomear inspetores para fiscalizar execução desta lei.

§ 1º Os inspetores serão nomeados em comissão por decreto referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e com os vencimentos constantes da tabela anexa.

§ 2º Além dos vencimentos fixados, poderão os inspetores receber uma diária fixada pelo Presidente da República.

Art. 20. Ficam abertos os créditos necessários à execução desta lei.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.  
Francisco Campos.  
A. de Souza Costa.  
Eurico G. Dutra.  
Henrique A. Guilhem.  
João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.  
Fernando Costa.  
Gustavo Capanema.  
Waldemar Falcão

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/07/1939

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/7/1939, Página 20674 (Publicação Original)

**Anexo II:** Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939 - Publicação Original disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 30.05.2013

**Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939**

Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), diretamente subordinado ao Presidente da República.

Art. 2º O D. I. P. tem por fim:

- a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;
- b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;
- c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;
- d) estimular a produção de filmes nacionais;
- e) classificar os filmes educativos e os nacionais para concessão de prêmios e favores;
- f) sugerir ao Governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes;
- g) conceder, para os referidos filmes outras vantagens que estiverem em sua alçada;
- h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais;
- i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país;
- j) promover intercâmbios com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros;
- k) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros,
- l) no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios;
- m) incentivar a tradução de livros de autores brasileiros;
- n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;
- o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;
- p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo;
- q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas

jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

Art. 3º O D. I. P. será constituído de:

- a) Divisão de Divulgação;
- b) Divisão de Rádio-difusão;
- c) Divisão de Cinema e Teatro;
- d) Divisão de Turismo;
- e) Divisão de Imprensa;
- f) Serviços Auxiliares, que são os de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria Material, Fimoteca. Discoteca, Biblioteca.

Art. 4º O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o Regimento do D. I. P., em que serão especificados as atribuições e distribuição dos trabalhos deste e demais normas reguladoras de suas atividades.

Art. 5º O D.I.P. será dirigido por um Diretor Geral - padrão R, em comissão, de livre escolha e nomeação do Presidente da República.

Art. 6º Cada Divisão terá um Diretor, padrão P, livremente escolhido e nomeado, em comissão, pelo Presidente da República.

Art. 7º O Diretor-Geral do D.I.P. será substituído, em seus impedimentos ocasionais, por um dos Diretores de Divisão, de sua livre escolha.

*Parágrafo único.* Quando se tratar de impedimento cuja duração seja superior a trinta dias, o Presidente da República designará o Diretor de Divisão substituto do Diretor Geral.

Art. 8º Os Diretores de Divisão serão substituídos, em seus impedimentos, por outro Diretor de Divisão, para esse fim designado, sem prejuízo de suas funções, pelo Diretor Geral do D.I.P.

Art. 9º O Diretor Geral do D.I.P. designará um funcionário para servir como seu Secretário, o qual terá direito a gratificação de 6:000\$0, além dos vencimentos do seu cargo efetivo.

*Parágrafo único.* Cada diretor de Divisão designará um funcionário para servir como seu Secretário, que perceberá a gratificação de 4 :800\$0, além dos vencimentos do seu cargo efetivo.

Art. 10. Os Serviços Auxiliares serão orientados e articulados por um chefe, padrão M, nomeado, em comissão, pelo Presidente da República.

*Parágrafo único.* Cada Serviço Auxiliar terá um Chefe, ao qual caberá a gratificação de 4 :800\$0, além dos vencimentos de seu cargo efetivo.

Art. 11. Os trabalhos do D.I.P. serão executados por funcionários de seu quadro ou requisitados e por extranumerários, admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 12. Fica extinto o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, criado pelo Decreto n.24.651, de 10 de julho de 1934, e, em consequência, no Quadro I do mesmo Ministério, o cargo de Diretor, padrão P, em comissão, da aludida repartição.

Art. 13. O D.I.P. será dotado de uma estação radiofônica e radiotelegráfica.

Art. 14. Ficam transferidas para o D.I.P. as atribuições concernentes à censura teatral e de diversões públicas, ora conferidas a Polícia Civil do Distrito Federal e a que se refere o Capítulo V do Decreto n. 24.531, de 2 de julho de 1934.

*Parágrafo único.* Ficam incorporadas ao Quadro do D.I.P., a que se refere o artigo 18, deste decreto-lei, a carreira de Censor e um cargo de Censor - Padrão J, do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 15. Ficam transferidos para o Quadro do D.I.P. os cargos e funções gratificadas do Quadro I, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que atendiam ao extinto Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.

Art. 16. Fica extinta a Comissão de Censura Cinematográfica, passando suas atribuições à alçada do D.I.P.

Art. 17. Para execução dos serviços fixados neste decreto-lei, o D.I.P. poderá constituir representantes nos Estados e solicitar, quando conveniente, a cooperação das autoridades locais, que não poderão recusá-la.

Art. 18. Fica aprovado o Quadro do D.I.P., anexo ao presente decreto-lei.

Art. 19. Todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e quaisquer departamentos e estabelecimentos da administração pública federal, ou de entidades autárquicas criadas por lei, serão feitos pelo D.I.P. com o qual aqueles órgãos manterão ligação permanente.

Art. 20. Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1940, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Francisco Campos.  
A. de Souza Costa.  
Eurico G. Dutra.  
Henrique A. Guilhem.  
João de Mendonça Lima.  
Oswaldo Aranha.  
Fernando Costa.  
Gustavo Capanema.  
Waldemar Falcão.

Quadro DO D.I.P. A QUE SE REFERE O ART. 18 DO DECRETO-LEI N. 1.915, DE 27-XII-1939

#### **Cargos em comissão**

1 Diretor Geral  
..... Padrão R

5 Diretor de Divisão  
..... Padrão P

1 Chefe dos Serviços  
Auxiliares..... Padrão M

### **Cargo efetivo**

1 Tesoureiro.....Padrão F

### **Funções gratificadas**

1 Secretário do Diretor Geral.....6:000\$0 anuais

5 Secretário de Diretor de Divisão..... 4:800\$0 anuais, a cada um

6 Chefe de Serviço..... 4:800\$0 anuais, a cada um

5 Suplente da censura.....10:800\$0 anuais, a cada um

### **Cargos extintos quando vagarem**

1 Secretário..... Padrão L

3 Chefe de Secção..... Padrão L, em comissão

1 Redator.....Padrão L, em comissão

1 Sub-secretário.....Padrão K

1 Censor..... Padrão J, em comissão

7 Censor .....Classe I (1)

1 Redator .....Padrão H

2 Locutor.....Padrão H, em comissão

1 Chefe de Portaria ..... Padrão G

2 Técnicos..... Padrão F

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 29/12/1939

### **Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/12/1939, Página 29362 (Publicação Original)

**Anexo III:** Decreto N° 7.387, de 9 de Dezembro de 2010. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B7bMr2e-9J4oYlpxZzRWVjBYeDQ/edit?pli=1>



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO N° 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.**

**Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de "Referência Cultural Brasileira", expedido pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico.

Art. 5º As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização.

Art. 7º O Ministério da Cultura instituirá comissão técnica com a finalidade de examinar as propostas de inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, integrada por representantes dos Ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Os membros da comissão técnica serão indicados pelos titulares dos órgãos que o integram e designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º A comissão técnica poderá convidar representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que possuam línguas cuja inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística tenha sido indicada, bem como especialistas para participarem de suas discussões e atividades.

§ 3º A comissão técnica poderá contratar consultores, de acordo com a legislação aplicável, para a discussão e exame de questões específicas.

§ 4º A coordenação da comissão técnica será exercida pelo Ministério da Cultura, que prestará o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do colegiado.

§ 5º A participação na comissão técnica será considerada prestação de serviço público relevante, não

remunerada.

Art. 8º Poderão propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística à comissão técnica, órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas a serem expedidas pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto*  
*Fernando Haddad*  
*Paulo Bernardo Silva*  
*João Luiz Silva Ferreira*  
*Sergio Machado Rezende*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.12.2010

**Anexo IV:** Carta do Observatório da Educação na Fronteira – OBEDF, disponível em

<http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/05/Carta-OBEDF.pdf>

Considerando que o Brasil é um país plurilíngue, e que em seu território coexistem diversas línguas, de comunidades linguísticas historicamente estabelecidas, além de regiões extremamente plurilíngues, como é o caso da faixa de fronteira;

Considerando que como um país plurilíngue e democrático, o Brasil deve pautar suas políticas na perspectiva da salvaguarda e fomento da diversidade linguística, tal como, rezam documentos internacionais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); a Declaração Sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992); a Carta Europeia sobre as Línguas Regionais ou Minoritárias (1992); a Declaração da Cúpula do Conselho da Europa sobre as Minorias Nacionais (1993); a Convenção-Macro para a Proteção das Minorias Nacionais (1994); a Declaração Universal para a Promoção da Diversidade Cultural – UNESCO (2005); a Carta Europeia do Plurilinguismo (2005-2009) e, fundamentalmente, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996);

Considerando a existência de políticas nacionais voltadas para a promoção das línguas, da educação bilíngue e da faixa de fronteira como espaço de integração, tais como: a política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) para o reconhecimento das línguas brasileiras como patrimônio cultural e imaterial; as políticas de cooficialização de línguas implementadas por municípios; a Carta de Calafate (2003); o Documento “Programa Escolas Bilíngues de Fronteira – Modelo de Ensino Comum em Escolas de Zona de Fronteira, a partir do Desenvolvimento de um Programa para Educação Intercultural, com ênfase no Ensino do Português e do Espanhol” (2008); a Portaria 798, de 19 de junho de 2012; a Lei 11.645, de 10 de março de 2008 e o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional (2009);

Considerando que nas regiões de fronteira as línguas estão presentes no cotidiano das relações sociais incluindo o espaço escolar;

Considerando que essas línguas são primeira e/ou língua materna ou, ainda, segunda língua de muitos alunos, bem como de professores, gestores e funcionários que atuam nas instituições públicas de ensino na fronteira;

Considerando que a promoção de educação plurilíngue garante a essa população falante dessas línguas o acesso democrático aos conhecimentos e assim qualifica os processos de ensino e aprendizagem;

Considerando que é de responsabilidade de órgãos como Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia; Secretarias de Educação Estaduais e Municipais; Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, a regulamentação de políticas educacionais;

Considerando que é de responsabilidade de órgãos como Capes, CNPq, FNDCE o desenvolvimento de políticas de fomento ao ensino e à pesquisa;

Considerando os objetivos do Programa do Observatório da Educação (OBEDUC-CAPES/INEP/SECADI) voltados para a qualificação do ensino;

O Observatório da Educação na Fronteira (OBEDF) desenvolvido entre os anos de 2011 e 2013, no âmbito do OBEDUC, tem por foco construir um panorama sobre a situação linguística em escolas da fronteira, observando seu reflexo sobre os processos de aprendizagem, recomenda:

A realização de ações de combate aos preconceitos sejam eles culturais, linguísticos, sociais, econômicos;

A promoção de políticas de comunicação valorizando o plurilinguismo;

O reconhecimento do plurilinguismo das escolas de fronteira dando encaminhamento para políticas públicas que visem à educação bi ou plurilíngue;

O estabelecimento de diretrizes para a construção de base curricular que contemple a especificidade da educação em contexto de plurilinguismo, visando estratégias para a valorização dos saberes linguísticos e a aprendizagem qualificada das línguas;

A elaboração e a implementação de políticas educacionais públicas que possam atender a população falante de outra língua que não o português (tal como indígenas que vivem em espaços urbanos) que frequenta escolas brasileiras situadas em variados contextos;

A definição e a consolidação de ações em prol da educação bi ou plurilíngue para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, priorizando os anos iniciais do Ensino Fundamental;

A implementação de ensino modular, portanto, não seriado e não disciplinar, baseado em metodologias avançadas e inovadoras tais como o ensino via pesquisa que contemple o perfil heterogêneo e plurilíngue da população fronteiriça;

A promoção de fóruns de discussão para a configuração de programas de educação plurilíngue pública no Brasil;

O fomento de pesquisas voltadas ao plurilinguismo;

A flexibilização dos critérios exigidos em editais públicos dos órgãos competentes para a participação em projetos/programas de pesquisa de modo a incluir novos atores e instituições, além das Universidades;

A proposição e a implementação de políticas de valorização e formação de profissionais da educação das escolas de fronteiras voltado para o ensino plurilíngue;

A criação de condições para qualificação de profissionais da educação e afins para a atuação em contextos de plurilinguismo em cursos de formação de diferentes níveis;

A criação e/ou incremento de cursos para a formação de profissionais em várias áreas, visando sua atuação em contextos plurilíngues;

A promoção de políticas de formação universitária que visem à atuação de profissionais em contextos plurilíngues;

O aprimoramento dos mecanismos de avaliação do ensino nos diversos âmbitos (Provinha Brasil, IDEB, INAF, avaliações estaduais e municipais) de modo a respeitar as particularidades linguísticas das escolas situadas em regiões plurilíngues;

A disponibilização de recursos no orçamento federal, estadual e municipal (FNDE, PAR, PDDE) visando à melhoria das escolas e à qualificação de profissionais de educação para a valorização do plurilinguismo em ações contínuas e articuladas às propostas pedagógicas e curriculares.

A equipe do Observatório da Educação na Fronteira abaixo relacionada, reunida no III Seminário do OBEDF intitulado Educação Linguística no Contexto Plurilíngue da Fronteira: Ações e Perspectivas, realizado entre 15 a 18 de maio de 2013, em Florianópolis, SC, Brasil, assina esta Carta.

- Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas
- Escola de Ensino Fundamental Bela Flor, Ebitaciolândia (AC) – fronteira Brasil/Bolívia
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Durvalina Estilbem de Oliveira, Guajará-Mirim (RO)– fronteira Brasil/Bolívia
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Floriza Bouez, Guajará-Mirim (RO)– fronteira Brasil/Bolívia
- Escola Municipal Maria Ligia Borges Garcia, Ponta Porã (MS) – fronteira Brasil/Paraguai
- Escola Polo Municipal Ramiro Noronha, Ponta Porã (MS)– fronteira Brasil/Paraguai

Florianópolis, 18 de maio de 2013.

**Anexo V:** Release novo dicionário banto do Brasil

Disponível em: [http://www.pallaseditora.com.br/produto/Novo\\_Dicionario\\_Banto\\_do\\_Brasil/108/](http://www.pallaseditora.com.br/produto/Novo_Dicionario_Banto_do_Brasil/108/)

**autor** Nei Lopes

**editora** Pallas Editora

312 páginas | R\$ 59,00 | 14 x 21 cm | ISBN 978-85-347-0484-7



Os africanos de origem banto tiveram importância fundamental na composição da história cultural brasileira durante os três séculos de escravidão. Ao contrário das demais tribos que ficaram restritas ao litoral e Minas Gerais, eles se espalharam por todas as regiões do país.

Publicado pela primeira vez em 1999, o *Novo dicionário banto do Brasil* é considerado uma obra de referência pioneira na investigação das línguas africanas. Neste trabalho, o escritor Nei Lopes torna visível a presença africana na formação do português do Brasil, suavizando preconceitos que, ainda hoje, tentam mascarar essa imensa contribuição.

Resultado da preocupação do autor e da editora com a qualidade das obras publicadas, esta nova edição do *Novo dicionário banto do Brasil* traz algumas novidades. Em primeiro lugar, o *corpus* foi cuidadosamente revisto, corrigido e ampliado pelo autor. Além disso, o texto teve a grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009, preservando-se assim seu valor como obra de referência em relação às raízes africanas do português falado no Brasil, particularmente no que se refere ao seu uso nas escolas do país.

**Pallas Editora e Distribuidora Ltda.**

Rua Frederico de Albuquerque, 56 – Higienópolis – Rio de Janeiro/RJ  
21 2270 0186 | comercial@pallaseditora.com.br | Fernando Moura

**[www.pallaseditora.com.br](http://www.pallaseditora.com.br)**

**Nei Lopes**



Nei Braz Lopes (Rio de Janeiro (no bairro de Irajá), 9 de maio de 1942), ou simplesmente Nei Lopes, é um compositor, cantor e escritor brasileiro. Notabilizou-se como sambista, principalmente pela parceria com Wilson Moreira.

Sambista, compositor popular e, hoje, cada vez mais escritor, Nei vem, desde pelo menos os anos 80, marcando decisivamente seu espaço, às vezes com guinadas surpreendentes.

Ligado às escolas de samba Acadêmicos do Salgueiro (como compositor) e Vila Isabel (como dirigente), hoje mantém com elas ligações puramente afetivas.

Compositor profissional desde 1972, vem, desde os anos 90 esforçando-se pelo rompimento das fronteiras discriminatórias que separam o samba da chamada MPB, em parcerias com músicos como Guinga, Zé Renato e Fátima Guedes.

**Anexo VI:** Blog do IILP: <http://iilp.wordpress.com/>

**[Porto Editora adapta dicionários ao mercado brasileiro.](#)**

Posted on [Janeiro 19, 2014](#) por [IILP](#)



O Grande Dicionário da Língua Portuguesa na versão “kindle”, já disponível, constitui “a maior cobertura do vocabulário do português do Brasil e do português de Portugal, antes e depois do Acordo Ortográfico, e inclui uma sucinta gramática”, disse a fonte do Grupo Editorial da Porto Editora.

O Grande Dicionário é redigido “em português do Brasil, à luz do Acordo Ortográfico” e, através do sistema “kindle”, permite uma “rápida consulta e utilização durante a leitura”.

Este Grande Dicionário comporta mais de 300 mil definições e 120 mil entradas, incluindo locuções, expressões idiomáticas, informação sobre a pronúncia e a origem de algumas palavras, explicou a mesma fonte.

“Este dicionário regista as grafias anteriores e posteriores ao Acordo Ortográfico, informando, através de notas, as grafias preferenciais do Brasil e de Portugal”, acrescentou a mesma fonte.

Por outro lado, este produto editorial produzido em Portugal, possibilita a pesquisa das formas verbais, femininas e plurais durante a leitura do “ebook”.

“Esta edição foi concebida para brasileiros e apresenta características de usabilidade que vão agradar a utilizadores preferenciais, como jornalistas, professores, estudantes e todos os que desejam tirar dúvidas de forma rápida e aprofundar o conhecimento sobre a Língua Portuguesa”, salientou a mesma fonte.

Paralelamente, está já disponível no Brasil, uma versão mais compacta do Dicionário Porto Editora da Língua Portuguesa.

Esta edição reúne mais de 140 mil definições e 70 mil entradas que incluem sinónimos (sinônimos, na versão brasileira), antónimos (ou antônimos), locuções e expressões idiomáticas, e oferece também a possibilidade de pesquisar formas verbais, femininas e plurais durante a leitura do “ebook”.

“Esta obra destina-se fundamentalmente a brasileiros e tem características de usabilidade adequadas a todos os utilizadores do ‘kindle’”, sublinhou a mesma fonte.

“Adaptámos os nossos dicionários para o mercado brasileiro e fizemo-lo de uma forma inovadora, apostando nas novas tecnologias e nos novos hábitos de consulta destas obras. É, pois, um trabalho com dois fortes vetores de valorização, o linguístico, porque trabalhamos a

Língua Portuguesa na variante brasileira, e o tecnológico, pela adoção do formato digital”, realçou a mesma fonte.

A Porto Editora está a celebrar este ano sete décadas de existência e tem uma componente histórica de especialização na área dos dicionários e da lexicografia.

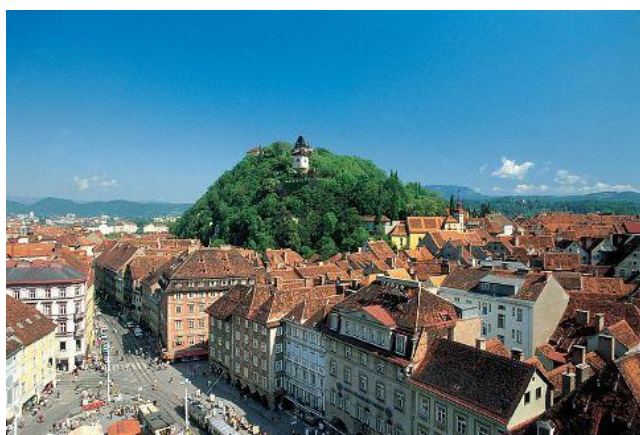
No ano passado, lançou os primeiros dicionários para o Brasil em “kindle” — português/espanhol e espanhol/português.

*Fonte: Lusa – Minuto a Minuto*

**Anexo VII:** Notícias do Instituto Camões. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-cultura/inauguracao-do-centro-de-lingua-portuguesa-camoes-em-graz>,

Programação da inauguração do Centro de Língua Portuguesa em Graz, disponível em: [http://events.uni-graz.at/de/detail/cal/event/tx\\_cal\\_phpicalendar/2013/11/21/eroeffnung\\_centro\\_de\\_lingua\\_portuguesa/](http://events.uni-graz.at/de/detail/cal/event/tx_cal_phpicalendar/2013/11/21/eroeffnung_centro_de_lingua_portuguesa/)

Programa de aulas de português nos semestres 2013/14 e 2014 na Karl-Franzens Universität, disponível em: <https://www.facebook.com/CentroLinguaPortuguesaGraz>



### **Áustria: Inauguração do Centro de Língua Portuguesa – Camões em Graz**

29.11.2013

O novo Centro de Língua Portuguesa (CLP) – Camões na Universidade de Graz na Áustria será inaugurado no 21 de novembro de 2013, pelas 18h, em simultâneo com a exposição “Fado - Património da Humanidade”.

Sedeado no Instituto de Línguas Românicas, o novo CLP visa não só intensificar o ensino do português naquela universidade, através de aulas de língua e de cultura portuguesas, mas também ser um espaço de leitura e discussão, suportado por materiais impressos, multimédia e audiovisuais disponibilizados pelo Camões, IP.

A exposição “Fado - Património da Humanidade” será inaugurada em simultâneo e permanecerá nas instalações do Instituto de Línguas Românicas até fevereiro de 2014. Posteriormente, a mostra irá ocupar lugar de destaque no Museu da Universidade de Graz, no âmbito da exposição “Portugal – Identidade e Facetas” que está a ser organizada pela leitora de português Isabel Azevedo a propósito das comemorações do 25 de abril.

A abertura do Centro de Língua Portuguesa em Graz resulta de um protocolo de cooperação, assinado a 4 de abril de 2013, entre o Camões, I.P. e a Universidade de Graz (Karl-Franzens-Universitaet), com uma vigência de três anos letivos. O mesmo protocolo estabeleceu ainda que a leitora de língua e cultura portuguesas, Isabel Azevedo, será a diretora do CLP Camões-Graz.

Para além dos discursos oficiais da reitora e do Embaixador de Portugal na Áustria, a inauguração será marcada por uma palestra intitulada "Fernando Pessoa e a Língua Portuguesa", proferida pelo Professor Ivo Castro da Universidade de Lisboa.

## Eröffnungsfeier des Centro de Língua Portuguesa IC-Graz

Zeit: Donnerstag, 21.11.2013, 18.00 Uhr

Ort: Institut für Romanistik, Merangasse 70/III, SR 33.3.088

### Programm

18.00 Saudação / Grußworte: Isabel Azevedo

18:05 Discurso / Ansprache des Institutsvorstands Univ.-Prof. Dr. Martin Hummel „Rückblick und Vorschau“

18:20 Discurso / Ansprache Rektorin Univ.-Prof. Dr. phil. Christa Neuper

18:30 Discurso / Ansprache des Herrn Botschafters Pedro Moitinho de Almeida

18:40 Discurso / Ansprache Dr. Palma Caetano (ehemaliger Lektor und Österreichischer Staatspreisträger für Literarische Übersetzung)

18:40 *Don Adolfo: Mar português und Padrão (Musik)*

18:50 Palestra / Vortrag „Fernando Pessoa e a Língua Portuguesa“ Univ.-Prof. Dr. Ivo Castro / Universidade de Lisboa

19:30 *Don Adolfo: A morte é a curva da estrada und Lídia (Musik)*

19:40 Agradecimento / Dankesworte

20:15 *Alma und Samba Azul mit Carla Wess und Don Adolfo (Música)*

## Portugiesisch am Romanistik Institut

2. oder 3. romanische Sprache

WS 2013 /14

- SA 0: Grundkurs Portugiesisch Wess & Azevedo
- SA 2: Competência produtiva Azevedo
- SA 2: Competência receptiva Wess
- LW: Geschichte der portugiesischen Literatur Azevedo
- LKK: Introdução aos estudos regionais PT Azevedo

SS 2014

- SA 1: Competência produtiva Wess
- SA 1: Competência receptiva Wess
- SA 1: Fonética corretiva Azevedo
- SA 2: Competência oral Azevedo
- LW: Lusophonie: Auf der Suche nach Identitäten in Literatur und Kino Azevedo
- LKK: Introdução aos estudos sobre a cultura Azevedo
- LKK: Introdução aos estudos regionais: BR Wess



Info: [isabel.gomes-moura-azevedo@uni-graz.at](mailto:isabel.gomes-moura-azevedo@uni-graz.at)

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Lei n.º 7/99 de 29 de Janeiro**

**Reconhecimento oficial de direitos linguísticos  
da comunidade mirandesa**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

O presente diploma visa reconhecer e promover a língua mirandesa.

Artigo 2.º

O Estado Português reconhece o direito a cultivar e promover a língua mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda.

Artigo 3.º

É reconhecido o direito da criança à aprendizagem do mirandês, nos termos a regulamentar.

Artigo 4.º

As instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro poderão emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa.

Artigo 5.º

É reconhecido o direito a apoio científico e educativo, tendo em vista a formação de professores de língua e cultura mirandesas, nos termos a regulamentar.

Artigo 6.º

O presente diploma será regulamentado no prazo de 90 dias a contar da sua entrada em vigor.

Artigo 7.º

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 19 de Novembro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 15 de Janeiro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 19 de Janeiro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.



## MUNECÍPIO de MIRANDA de I DOURO ÇUBIACO

Todos ls testos stan scribedos an Mirandés, cunsante la Lei 7/99 de 29 de Janeiro i seguindo las ourientaçones de la Cumbençon Ourtoográfica de la Lhéngua Miran-desa, de 1999, i sue purmeira adenda.

Número 01 21 de FEBREIRO de 2014

### A LA CABEÇA

21 DE FEBREIRO—DÍE ANTERNACIONAL DE LA LHENGUA  
MATERNA

Se le falares a un home nua lhéngua que el antenda, la tue mensaige entra-le na cabeça; se le falares na sue própia lhéngua, la tue mensaige entra-le diretamente ne l coração.

**Nelson Mandela**

An 2014, l Díe Anternacional de la Lhéngua Materna striba-se na relaçon antre las lhéguas regionales i la ciência . Bariados especialistas ban a çcutir l papel que las lhéguas regionales ténen para pormober l conhecimento tradicional i poder-lo poner al serbiço de ua berdadeira cidadanie mundial.

Al cuntraio de l que se puoda pensar, las lhéguas regionales ténen la possebilidade de trasmitir ls conhecimentos científicos i tecnológicos más modernos. Na berdade, la quemunicação ne l mundo de las ciéncias fai-se nas lhéguas bernaculares. Quedando apartadas las lhéguas regionales, ls sous falantes quédan tamien apartados de l sou dreito houmano fundamental al conhecimento científico. An pagas, l sou uso abre las puortas al anriquecimento cun sa-beres tradicionales científicos muita beç eignorados. Las lhéguas son la ferramenta más fuorte para cuidar i zambolber l nuosso patrimonio cultural, tanto l material como l eimaterial. Toda la çfesa de las lhéguas regionales sirbe nó solo para animar la bariadade lhenguística, como para criar ua más grande cuncência sobre las tradiçones culturales de l mundo anteiro i ajudar a la solidariedade, stribada ne l atendimento, la tolerancia i l diálogo.

Esta sesta, die 21 de Fevereiro, celebra-se l Díe Anternacional de la Lhéngua Materna, data scolhi-da an 1999, na Cunfréncia Geral de l'UNESCO, para promober la bariadade cultural i lhenguística. Ne l die 21 de Fevereiro de 1952, na cidade de Daca, hoije capital de l Bangladesh (naquel tiempo fazie parte de Paquiston), la policia çparou sobre un juntouro de studantes que se manifestaba para pedir que la sue lhéngua materna – l Bengali - fura reconhecida como ua de las lhéguas nacionais de l Paquiston.

An 1971, l Bangladesh ganhou l'andependéncia i l Bengali streformou-se na lhéngua nacional, cun cien melhones de falan-tes. Quarenta i siete anhos mais tarde, an Nobembre de 1999, la 30ª Cunferéncia Geral de la UNESCO, por aperpuosta de l Bangladesh, çclarou l die 21 de Fevereiro como Die Anternacional de la Lhéngua Materna.

An 1971, l Bangladesh ganhou l'andependéncia i l Bengali streformou-se na lhéngua nacional, cun cien melhones de falan-tes. Quarenta i siete anhos mais tarde, an Nobembre de 1999, la 30ª Cunferéncia Geral de la UNESCO, por aperpuosta de l Bangladesh, çclarou l die 21 de Fevereiro como Die Anternacional de la Lhéngua Materna.

Más tarde, die 16 de Maio de 2007, l'Assamblé Geral de las Naçones Ounidas, cula resolução A/RES/61/266, pediu-le als stados que fáien parte i a la Secretarie para “ajudar a la cunsebaçon i porteçon de todos ls eidiomas falados por todos ls pobos de l mundo. Nessa mesma Resolução, l'Assamblé Geral fizo de 2008 l Anho Anternacional de ls Eidiomas.



A cada anho que passa, l número de lhéguas ancuelhe de maneira que mete medo, seia por haber menos falantes dessas lhéguas, seia pul sbarrulho de pobos anteiros, por bias de las guerras ou de falta de cundiçones para rejistir. Para alhá disso, amponer ua sola i “slcusiba” lhéngua, de a par cula fuorça cultural de ls meios de quemunicação globalizados son tamien cousas que ajúdan a apagar i a acabar culas lhéguas regionales.

A fazer fê ne l “Ethnologue” (un de ls más grandes registros de lhénguas de l mun-do), hai quaije 7000 lhénguas ne l mundo, muita deilha falada por tan pouquitas pes-sonas que hai l peligro de zaparecéren. Se a isto ajuntarmos que solo pouco más de 100 lhénguas ténen registro scrito, an-ton la muorte de las lhénguas ye tamien la zerteficaçon cultural de l mundo.



## NOTÍCIAS

### Pica Tumilho—L rock agrí cola mirandé s an porjeto antérnacional

---

Calhando cul 21 de Fevereiro que ye l Die Anternacional de La Lhéngua Materna, l grupo sturiano La Tarrancha strena a nible mundial l disco Mezillingües atrabeç de la rede.

19 artistas, bários tradutores, çtintos stúdios de sonido... antrelhigaçones kilométricas, muito sfuorço, dedicaçon i cordenaçon fui l que percisou l disco Mezillingües para ber la lhuç. Este ye l nome de l último trabalho discográfico de la banda sturiana de fusion La Tarrancha, un trabalho que stá grabado an siete lhénguas de la península i algues de las sues bariantes, un porjeto einobador i acraditamos que pioneiro neste aspeto até este

momento. La música de La Tarrancha, sona portanto neste disco an sturlhionés, aragonés, castelhano, catalan, euskera, galaico-pertués i oucitan, de la boç de çtintos artistas que outilizan las sues respetibas lhénguas cumo meio de spresson. Ye l causo de la colaboraçon de Jesus Cifuentes de ls Celtas Cortos an castelhano i de ls pertueses Pica Tumilho an mirandés, que tamien partecípan neste ambicioso porjeto.

Podemos dezir que ye un disco que stende puontes de comunicaçon antre muitos músicos, mas tamien antre culturas, yá que la base deste disco ye percisamente la de dar a coincer la dibersidade lhenguística eisistente na Península Eibérica i buona parte de l norte de ls pirineus.

Por zgrácia nien to las lhénguas cuontan culs mesmos dreitos lhegales recoincidos, nien cul mesmo recoincimiento soci-al, aspetos que cundénan a miles de lhénguas a zaparecer an to l mundo como ye l causo de l sturlhionés. Mezillingües ye un canto reibindicador de la riqueza i la pluralidade lhenguística, de la subrebença i dignificaçon de las lhénguas maternas i de l coincimiento i respeito de cada ua deilhas.

Ne l disco hai bersiones an to las lhénguas de la península, ancluindo an algues bariantes de algues deilhas (...) L Sturlhionés: angloba ls falares Sturianos (tirando las terras de l Eo-Navia), Lhion i Çamora (tirando las terras de ls falares galaico-pertueses) i la zona de Miranda de l Douro an Pertual. Ls Pica Tumilho, ls solos pertueses ne l porjeto, partecípan cula cantiga QUEI FAZER—bersion an mirandés, de l domínio sturlhionés.

**Testo de Carlos Ferreira  
(adaptado)**

## Cuncursos de Tabafeias i Bolha

Piedade Rodrigues foi la grande ganhadora de l 1º Cuncurso de Taba-feias. Este cuncurso serbie para spargir l nome i dar a conhecer las Tabafei-as Mirandesas, animando la giente para la balorizaçon de ls pordutos regionales. Las Tabafeias son pieças de l fumeiro mirandés, fazidas cun chicha de cochino i de aves, pan de trigo mirandés, azeite i sal, alho, pumiento burmeilho ou pumienta i salsa. Apuis la massa mete-se an tripas delgadas i pónen-se a secar al fumo, al menos durante 7 dies. De las diez tabafeias apersentadas a cuncurso, l júri antendi que la de Piedade Rodrigues era la más buona. “Stou mui cuntenta por haber ganhado. Apuis de l cuncurso, las mies tabafeias lhougho se acabórun. Las pessonas querien-las porbar”, diç Piedade Rodrigues. Ne l que diç respeito al cuncurso de Bolha Doce, Vitor Ferreira lhebou l purmeiro prémio para casa. Houbo 11 Bolhas Doces a cuncurso i l júri tubo que decedir quien fazie melhor este legítimo doce mirandés. Hai que dezir que l cuncurso serbie para dar a conhecer i animar la giente para fazer i para quemer Bolha Doce mirandesa, como maneira de cuntinar ls usos i questumes tradecionales. La Bolha Doce ye un de ls marcos gastronómicos de l cunceilho de Miranda de l Douro i ten sabido guardar la legitimidade puls anhos afuora.

## Miranda na Hora de l Planeta

Pula purmeira beç, l Muncípio de Miranda de l Douro participa na “Hora de l Planeta”, - para lhembrar que hai que gastar menos einergie – apagando las lhuzes de bárias casas de la Cámara, die 29 de Márcio, antre las 8.30h i las 9.30 de la noite.

Trata-se de apagar to las lhuzes, drento i fuora, de algas casas públicas i menumientos de las cidades.

Ne l cunceilho de Miranda de l Douro ban a ser apagadas las lhuzes de la casa de la Cámara, outras casas municipales i menumientos de la cidade.

L anho atrasado, la Hora de l Planeta celebrou-se an 154 paizes na todos ls continentes, abarcando alguns de ls menumientos más conhecidos de l mundo, como séian la Cidade Poribida, la Torre Eif-fel, l Palácio de Buckingham, la Golden State Bridge, l Cristo Redentor, la Ópera House, i an Pertual l Cristo-Rei, l Mosteiro de l Jerónimos, la Torre de Belen i la Puonte 25 de Abril.

Esta lhuita mundial acontra las mudanças climáticas, ourganizada pula WWF (World Wildlife Fund), yá bai na uitaba eidiçon i ye apoiada pula Associação Nacional de Muncípios Pertueses (ANMP) que participa zde 2010.

La WWF quier parar l sbarrulho de l ambiente natural de l planeta i cunserbar la bariadade biológica ne l mundo, garantindo que l gasto de ls recursos naturales renobables seia sustentable, para que se puoda fazer menos poluiçon i haba menos recursos açagados.

Más anformaçon ne l sites de la ANMP ou WWF.



## NOTÍCIAS



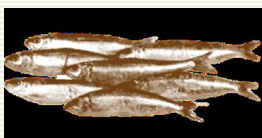
**15º Festival Intercéltico de Sendin Ampeça an Miranda de l Douro**

L 15º Festival Intercéltico de Sendin, entre 31 de Julho e 3 de Agosto de 2014, vai a começar, pela primeira vez, na cidade de Miranda de l Douro.  
Desta maneira, as celebrações musicais sendintercélticas vão a começar na Praça D. Juan III, em Miranda de l Douro, na noite de 31 de Julho de 2014, para fazer a buntade de muitos, quer seja gente de l cunceilho, quer séian ls de fuora que yá quantá bénen a Sendin para fazer la fiesta.  
L Centro de Música Tradicional Sons da Terra, responsável pela organização de l Festival Intercéltico de Sendin, “nun puede deixar de sublenhar l sou aprécio pela colaboração e cumplicidade de la Câmara Municipal de Miranda de l Douro, que sempre ajudou esta atebidade cultural”, diç Mário Correia, diretor de l Festival Intercéltico de Sen-din.  
Tambien l presidente de la Câmara Municipal de Miranda de l Douro, Artur Nunes, dixo estar cuntenuto por “ser la primeira vez que se fai na cidade, vamos a fazer de l Intercéltico de Sendin un grande marco cultural”.

## LHONAS POESIE MIRANDESA

### Os olhos tristes      Assim nasceu a alma      Os dois velhos

Tiu Mielgo gustaba-le muito a pinga.  
Un die, an Palaçuolo, quartilho cun este, quartilho cun aquel, pul zmontar de la feira tiu Mielgo tenie ua peleira dous palmos más grande do que el.  
Antes de se meter camino de casa, dou-le para mercar un quarteiron de sardinas e, meu dito, meu feito, metiu las sardinas ne l bolso de las calças, anrebulhadas nun cacho de jornal.  
Pul caminho, dou-le la buntade de demudar l'auga a las azeitunas.  
Zbia-se de l caminho e arruma-se a ua carbalheira, zaperta la carcielha, caça la cabeça dua sardina pul forro roto de l bolso e abre la torneira, acompanhado cun dous “ahs” de sastifaçon.  
Quando sentiu las pernas anchoquecidas, mirou para baixo e quedou arrelampado:



- Carai! Já quaije cinquenta anhos que te conheço, e nunca habie arreparado que tambien tenies uolhos! Assim tan tristes!!

Un die, stában dous belhicos a falar antr'eilhes e diç un pa l'outro:  
- Tu nun oubes, qual quieres más bien, tener Alzheimer ou Parkinson?  
- Oh home, you quiero más bien tener Parkinson.  
- Anton porquei?  
- Anton nun beis?... pus ye melhor arramar metade de l copo de bino que nun dar fé d'adonde deixei la garrafa.

haberien, dízen, ls diuses criado cielo e tierra, lhuç, augas, streilhas, sol e lhuna, e todo l que na tierra e augas bibe; tambien haberien criado homes e mulhie-res, de barro assoprado, de costielhas: rastreiros diuses, artesanos de puolo e uosso; ls homes e mulhieres criórun la fala, que se fizo lhéngua, recriando-se nesse entre todos mais houmano ato: assim nasceu l'alma: assim daprendimos l tiempo, que mos fizo stó-ria, atando-mos zde hai seclos cun rosaios de palabras.

Amadeu Ferreira

**L ÇUBIACO ye porpiadade de l Município de Miranda de l Douro e la sue publicação ye respunsabelidade de ls Serbiços Culturales de l mesmo Município.**

**L ÇUBIACO ye de grácia, l que quer dezir que nun ten précio. Fazirun-se 1000 eisemplares desta eidiçon.**

XXXI

Anexo X: Programa: 9<sup>a</sup> Mostra de Cinema Brasileiro / Programm: 9. Brasilianische Filmfestspiele

UNIVERSITÄT  
SALZBURG



04. - 07.12.2013

9<sup>a</sup> MOSTRA DE CINEMA BRASILEIRO  
9. BRASILIANISCHE FILMFESTSPIELE

# VOCÊ JÁ FOI AO BRASIL? Então vá!



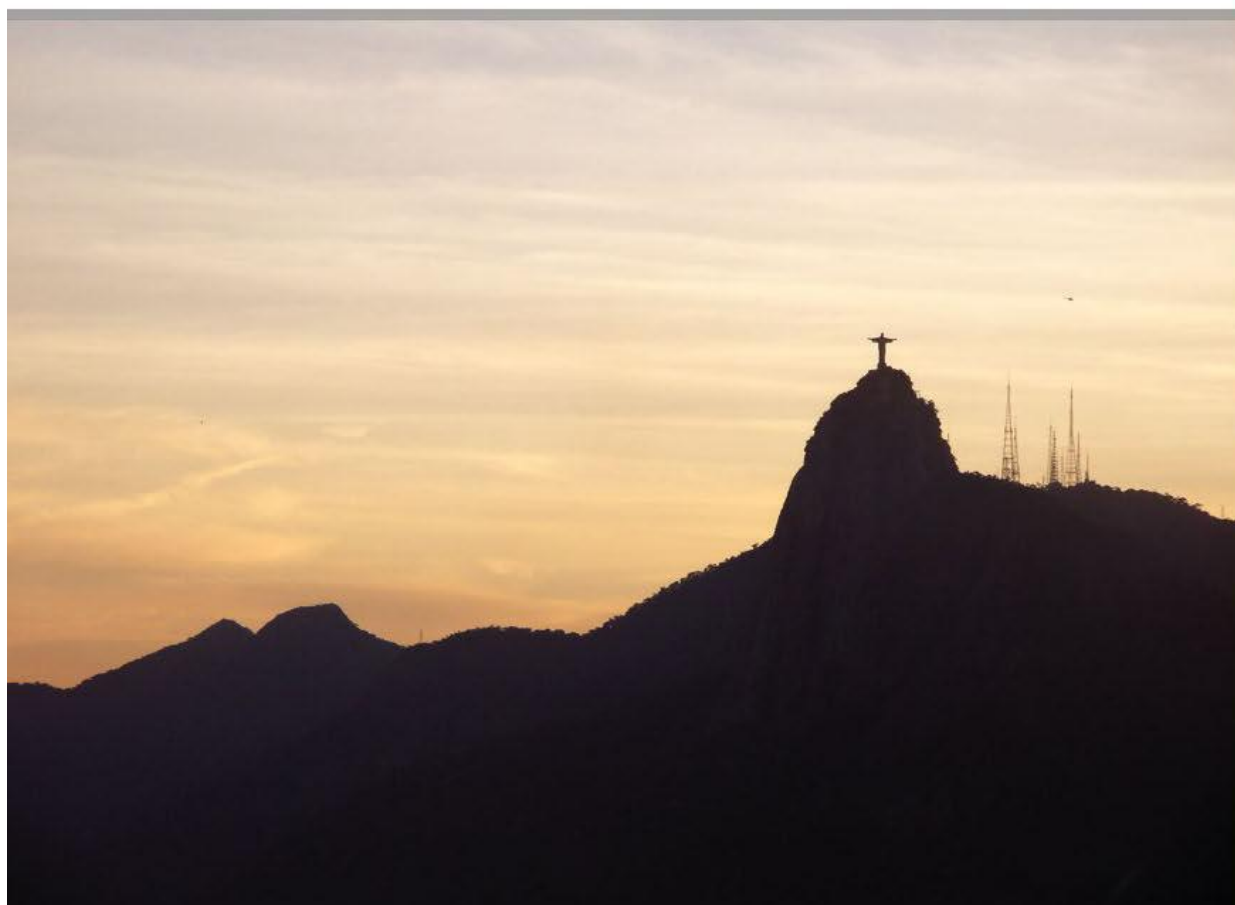
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL



UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE



## PROGRAMM / PROGRAMA

Bei allen  
Veranstaltungen  
ist der  
Eintritt frei!

<b>25.11 - 03.12.2013</b>		Drehbuch- und Video-Workshop / Oficina de Realização Audiovisual
<b>27.11 - 05.12.2013</b>		Vortragsreihe / Ciclo de Palestras
<b>27.11.2013</b>		Diskussionspodium
<b>04. - 07.12.2013</b>		<b>BRASILIANISCHE FILMFESTSPIELE / MOSTRA DE CINEMA BRASILEIRO</b>
<b>04.12.2013</b>		<b>ERÖFFNUNG / ABERTURA</b>
	18.00	<b>Grußworte:</b> Dr. Eloide Kilp und Miriam Leitão (Erste Botschaftssekretärin, <i>Brasilianische Botschaft</i> ) <b>Konzert</b> <b>Eröffnungsrede:</b> Prof. Dr. Tunico Amancio <b>Kurzfilmprojekt:</b> Regisseur Eduardo Nunes <b>Kleiner Umtrunk</b>
<b>05.12.2013</b>	20.00	Spielfilm: HELENO
	18.00	Kurzfilmprogramm
<b>06.12.2013</b>	19.45	Spielfilm: AMAZÔNIA ETERNA / Ewiges Amazonien
	15.00	Kinderprogramm
	18.00	Kurzfilmprogramm
<b>07.12.2013</b>	19.30	Spielfilm: O SOM AO REDOR / Der Klang ringsherum
	14.00	Kurzfilmprogramm
	15.30	Spielfilm: XINGU



[www.offset5020.at](http://www.offset5020.at)



Drucksachen online bestellen!

Der Onlineshop in Ihrer Region!

Offensiv und zielsicher, wo Druck gefragt ist sind wir dabei!  
Jetzt rund um die Uhr online bestellen.  
Sie wünschen. Wir machen. Ganz einfach. Ganz Offset 5020.



offset 5020 druckerei und verlag gesellschaft m. b. h. bayernstraße 27 | 5072 siezenheim | e: office@offset5020.at | www.offset5020.at

## INHALT / ÍNDICE



Vorwort	7
<b>Brasilianische Filmfestspiele / Mostra de Cinema Brasileiro</b>	<b>8-21</b>
Eröffnung	8
Filmschau - Mittwoch, 04.12.2013	9
Filmschau - Donnerstag, 05.12.2013	10-13
Kinderprogramm - Freitag, 06.12.2013	14-15
Filmschau - Freitag, 06.12.2013	16-18
Filmschau - Samstag, 07.12.2013	19-21
Drehbuch- und Video-Workshop / Oficina de Realização Audiovisual	22
Vortragsreihe / Ciclo de Palestras	23-24
Gastreferenten und Filmemacher / Professores e cineastas convidados	25-27
Diskussionspodium	28
Konzert / Concerto	29
Danksagung / Agradecimentos	30
Förderer & Unterstützung / Patrocínio & Apoio	31



O Celpe-Bras é o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Desde 2004, a Universidade de Salzburg é a única instituição responsável para aplicação do exame na Áustria.

*Mais informações:*  
[www.inep.gov.br/celpebras](http://www.inep.gov.br/celpebras)  
Contato: [eloide.kilp@sbg.ac.at](mailto:eloide.kilp@sbg.ac.at)

## VORWORT

Das brasilianische Filmfestival Fórum Brasil findet 2013 bereits zum neunten Mal in Salzburg statt und ist mittlerweile im Salzburger Kulturleben ein fester Begriff geworden. Mit dem Anspruch, ein Brasilien abseits der gängigen Klischees zu zeigen, hat diese Filmschau ein einzigartiges Profil entwickelt, verbindet sie doch auf besondere Weise anspruchsvolle, künstlerisch hochstehende, aber auch kurzweilige Spielfilme mit experimentellen Kurzfilmen und gibt so einen differenzierten Einblick in das aktuelle brasilianische Filmschaffen.

Heuer spiegelt sich die rasante Entwicklung Brasiliens auch in unserem Programm wieder. Es werden vier aktuelle hochkarätige Filme gezeigt: „O Som Ao Redor“ von Kleber Mendonça Filho, der für den Oscar als bester fremdsprachiger Film nominiert ist, der Dokumentarfilm „Amazônia Eterna“ von Belisario Franca, der neue Ansätze für die Green Economy in Amazonien zeigt, der in Brasilien sehr erfolgreiche Abenteuerfilm „Xingu“, der die Expedition der Brüder Villas-Boas in das grüne Herz Brasiliens nachzeichnet, sowie der brasilianische Sportfilm des Jahres „Helena“ von José Henrique Fonseca über den Unbekanntesten der brasilianischen Superstars des Fußballs, Helena de Freitas. Das beim Publikum sehr beliebte Programm mit Animationsfilmen für Kinder und Erwachsene hat es zum festen Bestandteil des Festivals geschafft. Und die traditionelle, anspruchsvolle Vortragsreihe, aus der das Festival entstanden ist, begrüßt wieder einmal hochkarätige Gäste aus Brasilien: Tunico Amancio, Professor für Kinowissenschaften und Kurator unseres Festivals, Eduardo Nunes und Rafael Puetter, die beide seit ihrem ersten Aufenthalt in Salzburg eine steile Karriere genommen haben, der eine als international beachteter Regisseur, der andere, bekannt unter dem Namen Rafucko, als der bekannteste Videokünstler Brasiliens. Beide zusammen werden während des Filmfestivals gemeinsam mit Studierenden ein audiovisuelles Projekt realisieren. Das Ergebnis dieses bereits zum sechsten Mal stattfindenden Drehbuch- und Film-Workshops wird ein Kurzfilm sein, der ebenfalls während des Festivals gezeigt wird. Abgerundet wird die Filmschau wie immer durch ein Konzert mit klassischer Musik, das von brasilianischen Musikern aus Salzburg gestaltet wird.

Wir wünschen Ihnen viel Vergnügen und hoffen, dass sich für Sie viele neue Einblicke in das faszinierende und facettenreiche Land Brasilien auftun.

**Ihr Organisationsteam**



# BRASILIANISCHE | MOSTRA DE CINEMA FILMFESTSPIELE | BRASILEIRO

Mittwoch, 04.12 bis Samstag, 07.12.2013

MITTWOCH, 04.12.2013

18.00 UHR

ERÖFFNUNG | ABERTURA

Universität Salzburg - UNIPARK Nonntal

E.004, HS Anna Bahr-Mildenburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg

## PROGRAMM

### BEGRÜSSUNG:

Dr. Eloide Kilp, Miriam Leitão (*Erste  
Botschaftssekretärin, Brasilianische Botschaft*)

### KONZERT

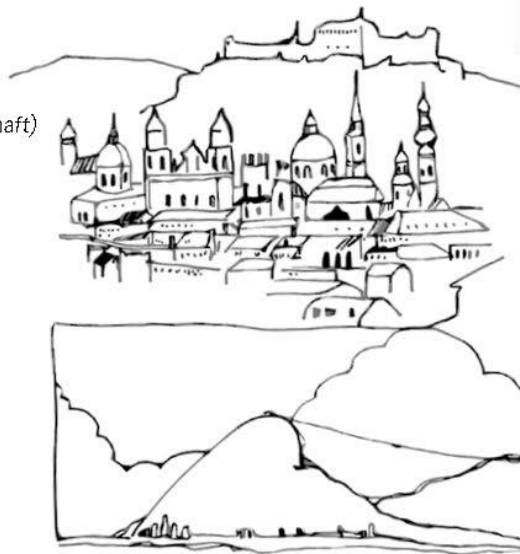
### ERÖFFNUNGSREDE:

Prof. Dr. Tunico Amancio  
*Universidade Federal Fluminense -  
Niterói, Rio de Janeiro*

### VORSTELLUNG DES DREHBUCH- UND FILM-PROJEKTES:

Filmregisseur Eduardo Nunes

### KLEINER UMTRUNK



ALLE FILME AUF  
PORTUGIESISCH  
MIT ENGLISCHEN  
UNTERTITELN



20.00 UHR – SPIELFILM

Universität Salzburg – UNIPARK Nonntal

E.004, HS Anna Bahr-Mildenburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg

## HELENO

2012, Fiktion, 116 Min.

Die Kinobiografie des Fußballers Heleno de Freitas, der in den 1940er Jahren, mitten im Krieg, der die Welt erschütterte, eine der großen Hoffnungen der Mannschaft Botafogo war, zeigt die Zügellosigkeit, die das Leben des Fußballers bestimmt hat.

A cinebiografia do jogador de futebol Heleno de Freitas, uma das promessas do time Botafogo na década de 1940, em meio a guerra que assolava o mundo e a libertinagem que guiava sua vida.

Regie: José Henrique Fonseca

Drehbuch: Felipe Bragança, Fernando Castets und José Henrique Fonseca

Produktion: Eduardo Pap, José Henrique Fonseca, Rodrigo Santoro und Rodrigo Teixeira

Darsteller: Rodrigo Santoro, Othon Bastos, Alinne Moraes, Angie Cepeda

DONNERSTAG, 05.12.2013

18.00 UHR – KURZFILMPROGRAMM  
>> METALINGUAGEM / METASPRACHE <<

Universität Salzburg – UNIPARK Nonntal

E.004, HS Anna Bahr-Mildenburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg



### 1 - COMO SE MORRE NO CINEMA

#### Wie man im Kino stirbt

Fiktion/Dokumentarfilm, 2002, 20 Min.

Jener Papagei, der bei der Verfilmung des Klassikers "Vidas Secas", Spielfilm von Nelson Pereira dos Santos aus dem Jahr 1962, dabei war, erzählt über seine Erinnerungen, als er zusammen mit der Hündin Baleia drehte.

O papagaio que participou das filmagens do clássico "Vidas Secas", longa-metragem de Nelson Pereira dos Santos lançado em 1962, conta suas memórias de quando atuou com a cachorra Baleia.

Regia: Cavi Borges, Emilia Domingos, Gustavo Melo und Gustavo Pizzi • Darsteller: Aori, Macarrão • Produktion: Cavideo, Virtual Filmes • Fotografie: Paulo Castiglione • Drehbuch: Cavi Borges und Gustavo Pizzi • Schnitt: Gustavo Pizzi



## 2-O ENCONTRO

### Das Treffen

Fiktion, 2002, 14 Min.

Die Beziehungsprobleme eines Paares werden durch Parallelen zu verschiedenen klassischen Urbildern und Klischees des Kinos gezeigt, indem auf verschiedene Musikrichtungen eingegangen wird, welche in der typischen Sprache der Kinokunst erzählt werden.

A dificuldade de relacionamento de um casal é retratada através de analogias a vários arquétipos e estereótipos do cinema, evocando gêneros num número musical contado por uma língua completamente legítima da Sétima Arte.

Regie: Marcos Jorge • Drehbuch: Barbara Valli und Marcos Jorge  
• Produktion: Zencrane Filmes • Darsteller: Lui Strassburger und Malu Bierrenbach



## 3-SANDUÍCHE

### Sandwich

Fiktion, 2000, 13 Min.

Die auserlesenen Facetten der Metasprache des Kinos bei der Trennung eines jungen Paares.

As saborosas camadas da metalinguagem cinematográfica no momento de separação de um jovem casal.

Regie: Jorge Furtado • Drehbuch: Jorge Furtado • Produktion: Débora Peters und Casa de Cinema de Pouso Alegre • Darsteller: Felipe Monnaco, Janaína Kramer Morra, Milene Zardo, Nelson Diniz



## 4-OS FILMES QUE NÃO FIZ

### Die Filme, die ich nicht gemacht habe

Fiktion, 2008, 16 Min.

Ein völlig unbekannter Cineast erzählt von seinem Werdegang mit vielen Projekten und Drehbüchern, aber keinem einzigen realisierten Film.

Um cineasta completamente desconhecido conta sua trajetória, com muitos projetos e roteiros, mas nenhum filme realizado.

Regie: Gilberto Scarpa • Drehbuch: Cristiano Abud und Gilberto Scarpa • Produktion: Abuzza Filmes • Darsteller: Adriano Falabella, Ana Luisa Alves, Cynthia Falabella, Douglas Lee



APRESENTA:

# AMAZÔNIA ETERNA

UM FILME DE BELISARIO FRANCA.

UM NOVO OLHAR SOBRE A MAIOR FLORESTA TROPICAL DO MUNDO.

ARGUMENTO: MAURÍCIO MAGALHÃES E BELISARIO FRANCA • UM FILME DE: BELISARIO FRANCA • PRODUÇÃO: MARIA CARNEIRO DA CUNHA • ROTEIRO: BIANCA LENTI, YAN MOTTA, BELISARIO FRANCA • PRODUÇÃO EXECUTIVA: MARIANA VIANNA • DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA: GUSTAVO HADBA - ABC, LULA CERRI • MONTAGEM: YAN MOTTA • MÚSICA ORIGINAL: ARMAND AMAR • DIREÇÃO: BELISARIO FRANCA • SOM DIRETO: ALVARO CORREIA

REALIZAÇÃO:



APÓIO:



[WWW.AMAZONIAETERNA.COM.BR](http://WWW.AMAZONIAETERNA.COM.BR)

DONNERSTAG, 05.12.2013



19.45 UHR – SPIELFILM

MOZARTKINO

Römersaal, Kaigasse 33, 5020 Salzburg



## AMAZÔNIA ETERNA

### Ewiges Amazonien

Dokumentarfilm, 2012, 97 Min.

Ein neuer Ansatz für die Möglichkeiten eines harmonischen Miteinanders von Green Economy und der Erhaltung des Ökosystems Amazoniens.

Uma nova abordagem sobre as possibilidades de convivência harmônica entre a exploração da economia verde e a manutenção do ecossistema amazônico.

Regie: Belisario Franca

Drehbuch: Maurício Magalhães und Belisario Franca

Produktion: Maria Carneiro da Cunha

13



FREITAG, 06.12.2013

15.00 UHR  
PROGRAMA INFANTIL / KINDERPROGRAMM

Stadt:Bibliothek Salzburg - Schumacherstraße 14, 3. Stock, 5020 Salzburg



### 1 - O ESPANTALHO

#### Die Vogelscheuche

Animation, 1998, 10 Min.

Ein Mädchen verliebt sich in eine Vogelscheuche. Eine Frau und die Erinnerungen an ihr Leben. Zwei verschiedene Geschichten, die dennoch viel gemeinsam haben.

Uma menina apaixonada por um espantalho. Uma senhora e as lembranças de sua vida. Duas histórias distintas com muito em comum.

Regie: Alê Abreu • Drehbuch: Alê Abreu • Produktion: Alê Abreu und Pedago da Papel • Animation: Alê Abreu



### 2 - O FIM DO RECREIO

#### Das Ende der Pause

Fiktion, 2012, 17 Min.

Als im Nationalkongress über das umstrittene Gesetz, das die Abschaffung der Pausen in den Schulen vorsieht, diskutiert wird, beschließt eine Gruppe von Kindern der städtischen Schule der Stadt Curitiba, gegen diese Ungerechtigkeit zu kämpfen.

Quando o Congresso Nacional surge com uma polêmica lei que pretende acabar com o recreio escolar, um grupo de crianças de uma escola municipal da cidade de Curitiba está disposto a combater esta injustiça.

Regie: Nélia Spréa und Vinicius Mazzon • Drehbuch: Nélia Spréa und Vinicius Mazzon • Produktion: Parabolé Educação und Cultura • Darsteller: Wesley Eduardo Lima, Enzo Tommasi, Jackson Thierry



### 3 - MINHA RAINHA

#### Meine Königin

Fiktion, 2008, 11 Min.

Die kleine Joseane und ihr Traum, Fahnenträgerin der Sambaschule Mirim zu werden.

A pequena Joseane e seu sonho de ser porta-bandeira de uma escola-de-samba mirim.

Regie: Cecília Amado • Drehbuch: Cecília Amado • Produktion: Guy Gonçalves, Cecília Amado und Maga Filmes • Darsteller: Paloma Ramos



### 4 - CALANGO

#### Eidechse

Animation, 2007, 8 Min.

Eine Eidechse auf ihrer unglücklichen Jagd nach der nächsten Mahlzeit, einer sehr schlaunen Grille.

A desventurada caçada de um calango atrás de sua próxima refeição: um grilo muito esperto.

Regie: Alê Camargo • Drehbuch: Alê Camargo, Alessandra Mota, Alexandre Souza, Anderson Lopes, Dalmo Pereira • Produktion: Ozi Escola de Audiovisual de Brasília • Animation: Alê Camargo und Ozi Escola de Audiovisual de Brasília



### 5 - ALMA CARIOCA: UM CHORO DE MENINO

#### Die Seele Rios: Ein "Choro" eines Jungen

Animation, 2002, 7 Min.

Ein Junge aus dem Hafenviertel von Rio de Janeiro verfolgt die Entstehung des „Choro“, eines Musikstils, der sich vom Samba ableitet.

O surgimento do Choro, um gênero musical derivado do Samba, é testemunhado por um menino que vive na zona portuária do Rio de Janeiro.

Regie: William Cogô • Drehbuch: William Cogô • Produktion: Youle Produções • Animation: Labareda Design



FREITAG, 06.12.2013

18.00 UHR – KURZFILMPROGRAMM  
» POESIA / POESIE «

Universität Salzburg – UNIPARK Nonntal  
E.002, HS Agnes Muthspiel Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg



### 1 - CARAMUJO-FLOR

#### **Blumenschnecke**

Experimentalfilm/Fiktion, 1988, 20 Min.

Klang- und Bildfragmente erproben verschiedene Möglichkeiten der Kinosprache bei der Darstellung des Werdegangs des Dichters Manuel de Barros.

Fragmentos sonoros e visuais experimentam várias possibilidades da linguagem cinematográfica ao revelarem o itinerário do poeta Manuel de Barros.

Regie: Joel Pizzini • Drehbuch: Joel Pizzini • Produktion: Eliane Bandeira • Darsteller: Almir Sater, Aracy Balabanian, Ney Matogrosso, Tete Espínola

## 2- ROTA DE COLISÃO



### **Kollisionskurs**

Fiktion, 1999, 12 Min.

Die Schicksale eines Diebes, eines Arbeiters und eines Straßenkindes kreuzen sich auf tragische Weise.

Os destinos de um ladrão, um operário e um menino de rua se cruzam tragicamente.

Regie: Roberval Duarte • Drehbuch: Roberval Duarte • Produktion: Eduardo Nunes, Leonardo Gavina und Roberval Duarte • Darsteller: Jurandir Oliveira, Sílvia Guindane, Xande Alves

## 3- ENSAIO DE CINEMA



### **Kinoprobe**

Fiktion/Experimentalfilm, 2009, 15 Min.

Beim Aufzeichnen eines poetischen und zugleich realistischen Essays, dargestellt von einem Pärchen in einem Haus, führt das Spiel von Kamera und Licht zu einer verwirrenden Fotografie.

Um jogo de câmera e luz resulta numa fotografia estonteante ao registrar o ensaio poético e ao mesmo tempo realista de uma dupla em uma casa.

Regie: Allan Ribeiro • Drehbuch: Allan Ribeiro und Rubens Barbot • Produktion: 3móinhos Produções • Darsteller: Gatto Larsen und Rubens Barbot

## 4- MEUS AMIGOS CHINESES



### **Meine chinesischen Freunde**

Fiktion, 2006, 15 Min.

Basierend auf einer wahren Begebenheit erzählt der Kurzfilm die Geschichte eines Jungen, der durch seine Liebe zum Fußball und wegen seiner Briefmarkensammlung am Vorabend des Militärputsches von 1964 seine chinesischen Nachbarn näher kennenlernt.

Baseado em uma história real, o curta-metragem conta a história de um menino que conhece seus vizinhos chineses através de sua paixão por futebol e por sua coleção de selos nas vésperas do golpe militar de 1964.

Regie: Sérgio Sbragia • Drehbuch: Sérgio Sbragia • Produktion: Alvarina Souza Silva • Darsteller: Alexandre da Costa, Caio Vidal, Chao Chen, Cristian Zucoloto, Marcela Moura, Tiago Salomone

FREITAG, 06.12.2013



19.30 UHR – SPIELFILM

Universität Salzburg – UNIPARK Nonntal

E.002, HS Agnes Muthspiel Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg

## O SOM AO REDOR

### Der Klang ringsherum

Fiktion, 2013, 131 Min.

Die Beziehungen und die Befremdlichkeiten unter den Bewohnern eines Viertels im Süden der Stadt Recife werden durch das Eintreffen einer Miliz verstärkt, die für die einen Ruhe schafft, für andere aber Spannungen bringt. Der Film ist für den Oscar als bester fremdsprachiger Film 2014 nominiert.

As relações e os estranhamentos entre os habitantes de uma vizinhança na zona sul da cidade de Recife são intensificados com a chegada de uma milícia que oferece tranquilidade para alguns, mas causa tensão para outros. Em 2014, concorrerá ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro.

Regie: Kleber Mendonça Filho

Drehbuch: Kleber Mendonça Filho

Produktion: CinemaScópia und Emilie Lesclaux

Darsteller: Irandhir Santos, Irma Brown, Clébia Souza, Gustavo Jahn

SAMSTAG, 07.12.2013

14.00 UHR - KURZFILMPROGRAMM  
>> CULTURA BRASILEIRA / BRASILIANISCHE KULTUR <<

Universität Salzburg - UNIPARK Nonntal

HS 1.003, Erzabt-Klotz-Straße 1, 1. Stock, 5020 Salzburg



### I - A FÁBRICA

#### Die Fabrik

Fiktion, 2011, 15 Min.

Eine Frau setzt ihr eigenes Leben aufs Spiel, als sie versucht für ihren Sohn ein Handy ins Gefängnis zu schmuggeln.

Uma mulher arrisca sua própria vida ao tentar levar um aparelho celular escondido para seu filho na cadeia.

Regie: Aly Muritiba • Drehbuch: Aly Muritiba •  
Produktion: Grafo Audiovisual, RPC, Aly Muritiba,  
Antônio Junior und Marisa Merlo • Darsteller:  
Andrew Knoll, Arnaldo Silveira, Elaina Duvoisin,  
Louise Forghieri

## 2- CRISÁLIDA

### **Crisálida**

Dokumentarfilm, 2012, 20 Min.

Das Duo Tetê Espíndola und Hermeto Pascoal bei einer Improvisation, die die Techniken der musikalischen Komposition zunichtemacht.

O dueto de Tetê Espíndola e Hermeto Pascoal em um improviso que desconstrói as técnicas de composição musical.

Regie: Rafael Saar e Thiago Britto • Drehbuch: Rafael Saar und Thiago Britto • Produktion: Dilúvia Produções • Darsteller: Hermeto Pascoal und Tetê Espíndola



## 3- O MELHOR AMIGO

### **Der beste Freund**

Fiktion, 2013, 17 Min.

Zwei Freunde beschließen am ersten Ferientag an den Strand zu gehen.

Dois amigos decidem ir à praia em seu primeiro dia de férias.

Regie: Allan Deberton • Drehbuch: Allan Deberton • Produktion: Deberton Filmes und Andaluz Audiovisual • Darsteller: Jesuita Barbosa, Victor Sousa, Marta Aurélio



## 4- O PASSAGEIRO

### **Der Passagier**

Fiktion, 2013, 22 Min.

Unterwegs auf den Wegen seines Heimatlandes erlebt ein betagter Mann nach dem Tod seiner Frau eine Selbstfindungsreise.

O deslocamento de um homem idoso pelas estradas de sua terra natal o leva a uma viagem de autoconhecimento após a morte de sua mulher.

Regie: Eduardo Cantarino • Drehbuch: Eduardo Cantarino • Produktion: Maria Sayd, Eduardo Cantarino und Dilúvia Produções • Darsteller: Silvia Matos, Ariela Massoti, Bruno Dubeux, Melissa Prado



SAMSTAG, 07.12.2013



15.30 UHR - SPIELFILM

Universität Salzburg - UNIPARK Nonntal

HS 1.003, Erzabt-Klotz-Straße 1, 1. Stock, 5020 Salzburg

## XINGU

Fiktion, 2012, 123 Min.

Die Brüder Orlando und deren Freund Leonardo Villas-Boas wagen sich auf die Expedition Roncador-Xingu in Zentralbrasilien und gründen den Nationalpark von Xingu.

Os irmãos Orlando e o amigo Leonardo Villas-Boas se aventuram pela expedição Roncador-Xingu no Brasil Central e fundam o Parque Nacional do Xingu.

Regie: Cao Hamburger

Drehbuch: Elena Soares und Cao Hamburger

Produktion: O2 Filmes

Darsteller: Felipe Camargo, Caio Blat, João Miguel und Maria Flor

# DREHBUCH- UND VIDEO- WORKSHOP

# OFICINA DE REALIZAÇÃO AUDIOVISUAL

Montag, 25.11.2013 bis Dienstag, 03.12.2013



A ideia do curso é realizar um filme de curta-metragem utilizando como referência quatro crônicas de Nelson Rodrigues sobre futebol. Estas crônicas não tratam apenas de futebol, mas são também um interessante registro do cotidiano brasileiro da época, e um belo exercício de expressão através do peculiar texto de Rodrigues. Os alunos criarão uma cena com um diálogo entre dois personagens, onde as falas sempre terão como origem frases destas crônicas.

Ao trabalhar a realização do filme discutiremos, durante nove aulas, as noções de linguagem fílmica (da teoria a prática) e – principalmente – a questão da produção e adaptação de um texto literário para o cinema.

Im Kurs soll ein Kurzfilm entstehen, der auf vier Geschichten von Nelson Rodrigues über Fußball basiert. Diese vier Texte beschäftigen sich nicht nur mit Fußball, sondern sind gleichzeitig Zeugnisse brasilianischen Alltags. Außerdem zeichnen sie sich durch die einzigartige Ausdrucksweise von Rodrigues aus. Die Kursteilnehmer werden die Szene eines Dialogs zwischen zwei Personen kreieren, wobei der Gesprächstext direkt den Sätzen der vorliegenden Geschichten entnommen werden soll.

In insgesamt neun Unterrichtseinheiten, in denen die Gestaltung des Films erarbeitet wird, werden Grundkenntnisse der Filmsprache vermittelt, und vor allem die Frage der Aufbereitung und Adaptierung eines literarischen Textes fürs Kino behandelt.

**VORTRAGSREIHE**  
in portugiesischer Sprache

**CICLO DE PALESTRAS**  
em língua portuguesa

Mittwoch, 27.11. bis Donnerstag, 05.12.2013

**Prof. Dr. Tunico Amancio**

Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, Rio de Janeiro

**COPA DO MUNDO E GOLPE MILITAR, CINEMA, FUTEBOL E MEMÓRIA**

Quarta-feira, 27.11.2013, 15.00 Uhr

HS 4.302, Universität Salzburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 4. Stock, 5020 Salzburg

**OLHAR ESTRANGEIRO (2006), EXIBIÇÃO E DEBATE**

Quinta-feira, 28.11.2013, 18.00 Uhr

Café Shakespeare, Hubert-Sattler-Gasse 3, 5020 Salzburg

“Olhar estrangeiro” é um filme sobre os clichês e as fantasias que se avolumam pelo mundo afora sobre o Brasil. Baseado no livro “O Brasil dos gringos”, de Tunico Amancio, o documentário mostra a visão que o cinema mundial tem do país.

**PÁTRIA EM CHUTEIRAS E SUA INQUIETAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE**

Quarta-feira, 04.12.2013, 18.00 Uhr

E.004, HS Anna Bahr-Mildenburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg

## Rafael Puetter

### HUMOR EM TEMPOS DE CRISE

Segunda-feira, 02.12.2013, 08.30 Uhr

HS 3.350, Universität Salzburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg

Como usar o bom humor para aliviar tensões e falar sobre assuntos sérios? Através de seus vídeos divertidos, Rafucko irá traçar um panorama do ano de 2013 no Brasil: o cenário político, os protestos, as pautas dos manifestantes e o papel da mídia.

### UM TIME DE BRASILEIROS

Quarta-feira, 04.12.2013, 15.00 Uhr

HS 4.302, Universität Salzburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 4. Stock, 5020 Salzburg

Rafael Puetter vai apresentar um time de onze brasileiros essenciais para se conhecer da cultura brasileira contemporânea. Bandas, quadrinistas, escritores e coletivos de mídia alternativa: uma recomendação pessoal de um time de profissionais que inspira e contribui com o trabalho do artista.

## Alessandra Marchi Carrasco

### LONGE DE CASA (DOCUMENTÁRIO, 12 MIN, 2013)

Quinta-feira, 05.12.2013, 13.15 Uhr

HS 3.350, Universität Salzburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg

Alessandra Marchi Carrasco irá apresentar seu primeiro curta-metragem que mostra entrevistas com alguns brasileiros moradores de Berlim e suas opiniões sobre o Brasil e o que é ser um brasileiro. A diretora fará um bate-papo sobre as questões de identidade nacional e patriotismo e sobre a dificuldade de se fazer o primeiro filme.

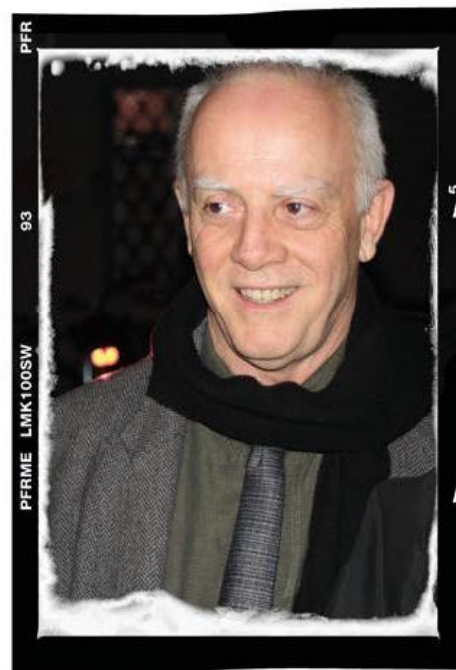
# GASTREFERENTEN UND FILMEMACHER

# PROFESSORES E CINEASTAS CONVIDADOS

## PROF. DR. TUNICO AMANCIO

Antonio Carlos (Tunico) Amancio é professor em cinema pela UFF. Seus principais trabalhos acadêmicos viraram livros: *Artes e manhas da EMBRAFILME* e *O Brasil dos gringos: imagens no cinema*, tendo este último, sua tese de doutorado, sido levado às telas por Lucia Murat com o nome de *Olhar Estrangeiro* (2006). Coordena convênios acadêmicos de cooperação internacional com a França, o Canadá e o México. Curta-metragista e roteirista, foi também o curador de algumas mostras no Centro Cultural Banco do Brasil, sobre Nelson Pereira dos Santos, sobre o Olhar estrangeiro, Infância e Mídia e uma revisão sobre o cinema tropicalista chamada Tropicine.

Antonio Carlos (Tunico) Amancio ist Professor für Kinowissenschaften. Seine wichtigsten Arbeiten wurden als Bücher herausgegeben, seine Doktorarbeit *O Brasil dos gringos: imagens no cinema* wurde von Lucia Murat unter dem Namen *Olhar Estrangeiro* (2006) filmisch umgesetzt. Er koordiniert internationale akademische Projekte in Zusammenarbeit mit Frankreich, Kanada und Mexiko und ist Kurzfilmer, Drehbuchautor sowie Kurator mehrerer Filmfestivals des Kulturzentrums der Banco do Brasil.



## EDUARDO NUNES

Eduardo Nunes, diretor e roteirista, nascido em Niterói (RJ) e formado em cinema pela Universidade Federal Fluminense. Seu primeiro filme, o curta-metragem *Sopro* (1994), codirigido com Flávio Zettel, foi exibido em festivais brasileiros e internacionais, tais como Festival de Berlim, Havana, Nova Iorque e Cidade do México. *Terral* (1995), seu segundo curta, foi 18 vezes premiado em festivais nacionais e internacionais. Também dirigiu diversos programas educativos para TV Bandeirantes, TV Cultura, TV Escola e TVE. Em 2011, estreou em longa-metragem com *Sudoeste* no Festival de Cinema de Gramado e na *Première Brasil* do Festival no Rio de Janeiro. Em 2012, participou de 27 festivais internacionais, tendo recebido 23 prêmios.



Eduardo Nunes ist Regisseur und Drehbuchautor und machte seine Ausbildung an der Universidade Federal Fluminense. Sein erster Kurzfilm *Sopro* (1994) wurde bereits auf Festivals in Berlin, Havanna, New York und Mexiko-Stadt gezeigt, sein zweiter Kurzfilm *Terral* (1995) wurde 18 Mal auf internationalen Festivals ausgezeichnet. Er arbeitete bei verschiedenen Bildungsprogrammen in Brasilien. Sein erster abendfüllender Spielfilm *Sudoeste* (2011) erhielt die Empfehlung des Festivals von Gramado, wurde für den Preis *Première Brasil* beim Festival von Rio ausgewählt und erhielt 23 weitere internationale Preise.

## ALESSANDRA MARCHI CARRASCO

Escritora, cineasta e professora de português. Mora fora do Brasil há três anos e sempre esteve envolvida no exterior com a cultura brasileira. Atualmente, mora na Alemanha, estuda cinema e está desenvolvendo um novo projeto de documentário sobre o Candomblé, religião afro-brasileira, em Berlim.

Sie ist Schriftstellerin, Cineastin und Portugiesischlehrerin, lebt seit drei Jahren im Ausland und hat dort immer wieder mit brasilianischer Kultur zu tun. Momentan wohnt sie in Deutschland, studiert Kinowissenschaften und arbeitet in Berlin an einem neuen Dokumentarfilmprojekt über Candomblé, die afro-brasilianische Religion.



## PROFESSORES E CINEASTAS CONVIDADOS

### RAFAEL PUETTER

Rafael Puetter (ou Rafucko) é roteirista, videomaker e artista, e ganhou destaque na internet fazendo vídeos que misturam humor e ativismo político. Rafucko é atuante em diversas cidades do Brasil, em especial no Rio de Janeiro, que será a sede de grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Com seus vídeos bem-humorados, performances e participações em protestos, é uma das muitas vozes que estão nas ruas lutando por um novo Brasil.

Rafael Puetter (oder Rafucko) ist Drehbuchautor, Videomacher und *Artist*, der durch seine Videos, die Humor mit politischem Aktivismus verbinden, im Internet eine große Beachtung fand. Rafucko arbeitet in verschiedenen Städten Brasiliens, hauptsächlich aber in Rio de Janeiro, Austragungsort der Fußballweltmeisterschaft 2014 und der Olympiade 2016. Mit seinen humorvollen Videos, Performances und Beteiligungen an Protestaktionen ist er eine der vielen Stimmen im Kampf für ein neues Brasilien.

## GASTREFERENTEN



# DISKUSSIONSPODIUM

Mittwoch, 27.11.2013

20.00 Uhr

HS 4.302, Universität Salzburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5. Stock, 5020 Salzburg

## Ziviler Ungehorsam in Brasilien - Wogegen?

**UNIV. PROF. DR. STEPHAN KIRSTE**

Rechtsphilosoph, Universität Salzburg

**ASS. PROF. DIPL. ING. MÁRCIO CORREIA CAMPOS**

Architekt, Unabhängiger Gewerkschafter,  
Universidade Federal da Bahia

**RAFAEL PUETTER**

Medienkünstler, Blogger, Rio de Janeiro

**MMAG. VERONIKA ÖSTERBAUER**

Romanistin und Politologin, Universität Salzburg

### **MODERATION:**

**UNIV. PROF. DR. CHRISTOPHER F. LAFERL**

Romanist, Universität Salzburg

# KONZERT | CONCERTO

Mittwoch, 04.12.2013

Universität Salzburg – UNIPARK Nonntal

E.004, HS Anna Bahr-Mildenburg, Erzabt-Klotz-Straße 1, 5020 Salzburg

18.00 Uhr

## PROGRAMM

*Estudo Nº 11 - Villa-Lobos*  
*Valseana - Sergio Assad*  
*Samba Bossa - Fred Schneiter*  
*Cheio de dedo - Guinga*  
*Água e vinho - Egberto Gismonti*  
*varias - Vinicius de Moraes*

### DANILO ALVARADO

Nach dem Gitarrenstudium in Chile und Brasilien und der Auszeichnung mit mehreren Musikpreisen in Lateinamerika spielte er als Solist auf internationalen Konzerten in ganz Südamerika, Portugal, Deutschland und Österreich. Mittlerweile studiert er in Salzburg bei Matthias Seidel, Marco Tamayo und Simone Fontanelli sowohl klassische als auch zeitgenössische Gitarre.



### MARIA CRISTINA SAVELLI BRAGA

Maria Cristina Savelli Braga hat ihr Geigenstudium bei Marcos Fukuda in São Paulo (Brasilien) begonnen und später bei Elisa Fukuda fortgesetzt. Von 1995 bis 1999 spielte sie im Orquestra Experimental de Repertório und von 1999 bis 2004 im Radio-Symphonieorchester Cultura. Ebenso war sie Mitglied der Camerata Fukuda. Zwischen 2006 und 2007 unterrichtete sie Geige an der Universität Tom Jobim - São Paulo. Zurzeit lebt sie in Salzburg, spielt bei der Philharmonie Salzburg und setzt ihre Ausbildung unter der Aufsicht von Simon Fordham in München fort.



## Agradecemos a

Universidade Federal Fluminense  
Laboratório de Investigação Audiovisual  
Esther Hamburger  
Kleber Mendonça  
Maria Carneiro da Cunha (Giros)  
José Henrique Fonseca  
Bruno Wainer (Downtown Filmes)  
Cristina Leal  
CTAv  
Valdelar Moreira de Oliveira  
Luelane Correa  
Zencrane Filmes  
Casa de Cinema de Porto Alegre  
Abuzza Filmes  
Joel Pizzini  
Giu Jorge Magalhães  
3 Tabela Filmes  
Allan Ribeiro

Sérgio Sbragia  
Grafo Audiovisual  
Rafael Saar  
Eduardo Cantarino  
Dilúvio Produções  
Allan Deberton (Deberton Entre-  
tenimento)  
Filme de Papel  
Parabole Educação e Cultura  
Cecília Amado  
OZI Escola Audiovisual  
Labareda Filmes  
Goritzia Filmes  
CinemaScópio  
Kleber Mendonça Filho  
O2 Filmes  
Alexandra Brouwer (REZO Films)  
Rosângela Sodre e Ctav

e a todas as pessoas e instituições que colaboraram emprestando cópias para o Festival.

## Teilnehmer des Drehbuch- und Video-Workshops /

### Participantes da Oficina de Realização Audiovisual:

Carolin Aichhorn, Veronika Agra, Katharina Bernbacher, Emanuela Gorza, Alexandra Martina Jindrak, Elisabeth Kirchmay, Simone Lechner, Michael José Morf, Leonhard Pill, Taru Aino Maria Rokka, Judith Schunk und Madeline Michelle Schürz.

**Organização / Organisation:**

Fachbereich Romanistik  
Dr. Eloide Kilp  
Dipl.-Ing. Thomas Kadereit

**Produção Executiva /  
Produktionsleitung:**

Prof. Dr. Tunico Amancio

**Curadores / Kuratoren:**

Tunico Amancio  
Eduardo Nunes  
Eloide Kilp

**Produção, coordenação e  
trânsito de cópias e textos /  
Produktion, Koordination und  
Bearbeitung der Kopien und  
Texte:**

Luiz Eduardo Biaso

**Tradução / Übersetzung:**

Ute Baumgartner

**Imprensa / Pressearbeit:**

Carolin Aichhorn  
Michaela Pircher  
Alessandra Marchi Carrasco

**Assistente de Vídeo /  
Videoassistent:**

Rafael Puetter

**Oficina de Realização  
Audiovisual / Drehbuch-  
und Video-Workshop:**

Prof. Eduardo Nunes

**Palestras / Vorträge:**

Prof. Dr. Tunico Amancio  
Rafael Puetter  
Alessandra Marchi Carrasco

**Agradecimentos / Danksagung:**

**Rektorat der Universität Salzburg**  
Univ. Prof. Dr. Fatima Ferreira-Briza  
Ao.Univ. Prof. Dr. Sylvia Hahn

**Fachbereich Romanistik**

O. Prof. Dr. Peter Kuan  
Univ. Prof. Dr. Christopher F. Laferl

**Büro für Internationale Beziehung**

**Design gráfico /  
Grafik und Design:**

Nikola Weiser

**Kooperation / Cooperação:**



**Förderer / Patrocínio:**



Fachbereich  
Romanistik  
Büro für Internatio-  
nale Beziehung

**Unterstützung / Apoio:**

Ministério das  
Relações  
Exteriores  
do Brasil

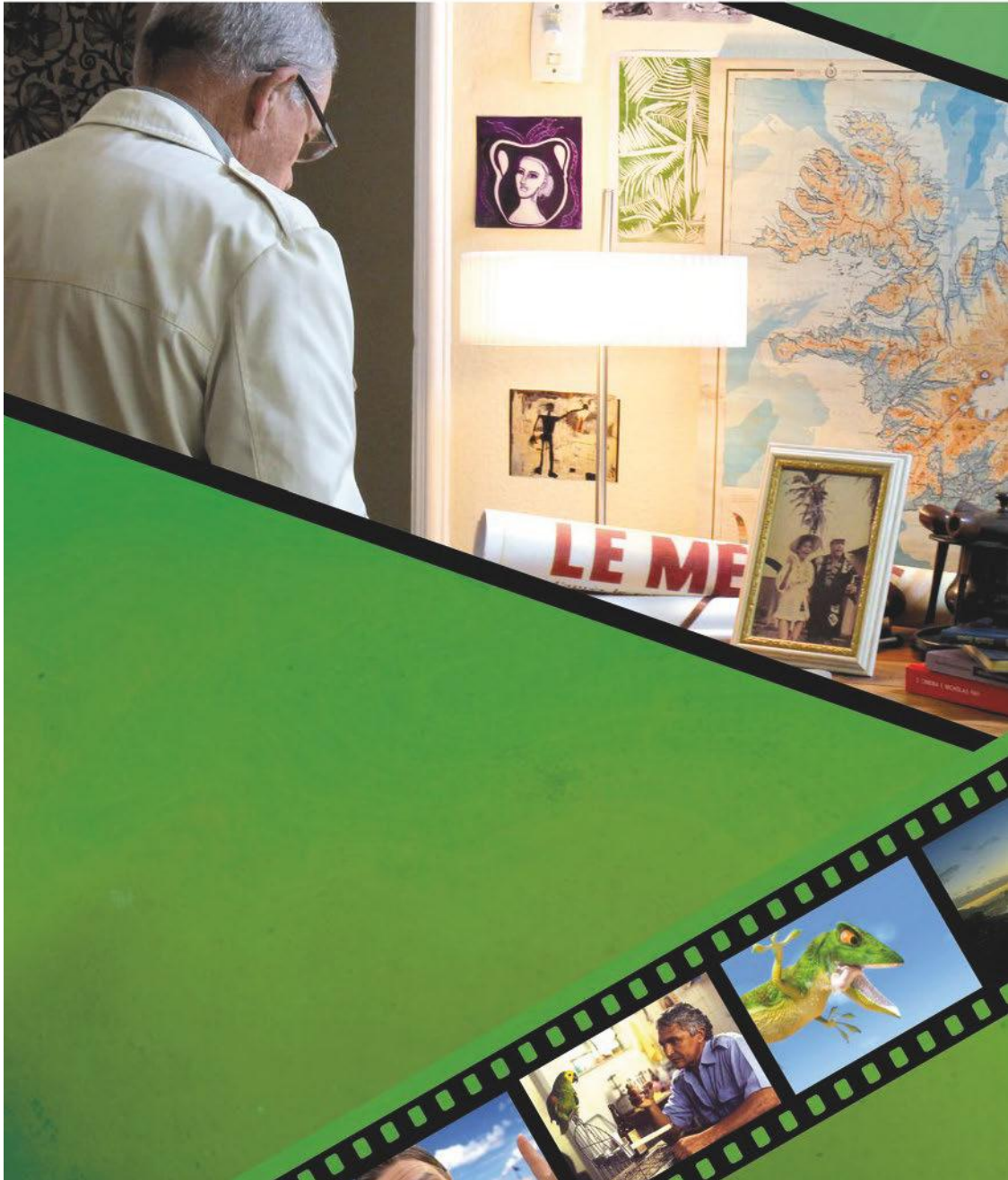


Ministério da  
Cultura do  
Brasil - MinC





GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



**Anexo XI:** Carta de Maputo de 14 de setembro de 2011. Disponível em:  
<http://www.iilp.org.cv/index.php/component/content/article?id=14>

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA - IILP  
COLÓQUIO DE MAPUTO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NOS PAÍSES DA CPLP

Carta de Maputo

Considerando a diversidade linguística que prevalece em todos os países membros da CPLP, e que excede as 300 línguas – além do português – perfazendo aproximadamente 5% da diversidade linguística do mundo,

Considerando o reconhecimento, por parte da comunidade internacional, por exemplo da UNESCO, e de cada país membro da CPLP, da relevância da questão do multilinguismo, dos direitos linguísticos e da ameaça do desaparecimento da diversidade linguística mundial,

Considerando os desafios acrescidos que as comunidades linguísticas falantes das demais línguas no âmbito da CPLP enfrentam para uma integração cidadã nos seus respectivos países, e que passa por níveis crescentes de inclusão educacional e digital,

Considerando os desafios que se impõem na formulação e implementação de políticas linguísticas multilingues claras, objetivas e de longo prazo,

Considerando a especificidade da situação linguística e de planificação de cada Estado-Membro,

Os participantes do Colóquio de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP, reunidos na capital moçambicana de 12 a 14 de setembro de 2011 para discutir os programas de diversidade – da cooficialização de novas línguas à educação bilingue e da situação dos crioulos de base lexical portuguesa à preparação do corpus das línguas para novos usos- vem, através deste documento, recomendar ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa

O desenvolvimento, em articulação com os Estados-Membros, de um projeto para inventariação sistemática das línguas do espaço da CPLP, nomeadamente através de um Atlas, com o objetivo de as identificar e de avaliar a situação de cada uma no seu território de uso,

A realização de um estudo sobre boas práticas de promoção da diversidade linguística nos diversos continentes, objetivando o desenvolvimento de novas perspectivas para os órgãos gestores das línguas nos países da CPLP,

A organização de um colóquio específico sobre educação bilingue e os programas em realização nos diversos Estados-Membros, com o objetivo de identificar as boas práticas e permitir o intercâmbio técnico na área,

A organização de um encontro de falantes das línguas crioulas de base lexical portuguesa que permita conhecer a situação atual destas línguas e das comunidades que as falam e a sua dimensão identitária e cultural,

A articulação de esforços com as redes internacionais de multilinguismo e outras organizações, nacionais ou internacionais, tais como os blocos regionais, a Rede Maaya e a ACALAN para o desenvolvimento de projetos e perspectivas fundadas no interesse pela diversidade linguística,

A criação de um concurso destinado a premiar programas ou projetos de promoção das línguas dos Estados-Membros da CPLP,

A instituição de um fórum virtual do multilinguismo, na página do IILP, para partilha de experiências, atualidades e resultados de projetos e programas.

Os participantes do Colóquio de Maputo recomendam igualmente a incorporação, na discussão da Segunda Conferência Internacional Sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, a realizar-se em outubro de 2012, e a inclusão no Plano de Ação de Lisboa para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa dos seguintes pontos:

O comprometimento dos Estados-Membros com o reconhecimento jurídico das línguas faladas pelos seus cidadãos,

O desenvolvimento de legislação linguística que supere a desigualdade de tratamento dispensada às línguas faladas pelas comunidades dos Estados-Membros da CPLP,  
O tratamento das línguas do espaço da CPLP como línguas de conhecimento e não apenas como objeto de programas de bilinguismo transitório, cuja perspectiva foca as demais línguas apenas como uma passagem para o português, ou como fase inicial de alfabetização e não como língua de produção permanente de conhecimento; no caso específico de Timor-Leste, esta proposta é entendida no quadro da política de bilinguidade oficial – tétum-português,  
A construção do Atlas das Línguas da CPLP, tanto cooperando para coligir as informações disponíveis sobre as línguas e comunidades linguísticas de cada Estado-Membro, como para definir os aspectos técnicos e financeiros necessários para sua realização,  
A assunção de um papel ativo na catalogação, preservação e apoio à língua portuguesa em contextos em que não é oficial,  
A realização de ações de formação técnica e profissional de falantes das línguas da CPLP para que atuem na gestão das suas línguas.  
Estas recomendações, extraídas do conhecimento partilhado no Colóquio de Maputo sobre A Diversidade Linguística nos Países da CPLP, representam um entendimento comum dos participantes e visam contribuir para a atuação do IILP e da CPLP.  
Maputo, 14 de Setembro de 2011

**Anexo XII:** Manual Celpe-Bras disponível em <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/manuais/manual-do-examinando-versao-eletronica-simplificada-2012-2>

Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras



## Texto Original

Jerônimo Coura Sobrinho  
Margarete Schlatter  
Matilde V. R. Scaramucci  
Nina A. Mabuchi Miyaki  
Norimar Judice  
Regina L. P. Dell'Isola  
Ronaldo Amorim Lima  
Simone Paula Kunrath

## Texto Revisado e Atualizado

Edleise Mendes  
Iracema Luiza de Souza  
Itacira Araújo Ferreira  
Jerônimo Coura Sobrinho  
Juliana Roquele Schoffen  
Maria Regina Marinho  
Viviane Aparecida Bagio Furtoso

## Equipe Inep / Daeb

Alessandro Borges Tatagiba  
Candice Aparecida R. Assunção  
Clara Etiene  
David Lima Simões  
Elizabeth Cunha  
Estevon Nagumo  
Luana Bergmann

## Revisão/Português

Érika Rominy S. Rodrigues Souza  
Sarah Gleice Lucas da Silva

## Diagramação e Arte Final

Rafael Reis

Versão Eletrônica Simplificada. Brasília, fevereiro de 2012

**ÍNDICE**

1. O que é o Celpe-Bras? .....	4
2. Quem pode se inscrever? .....	4
3. O que é um exame de proficiência? .....	4
4. Qual é a natureza do Exame? .....	4
5. Quais são os componentes do Exame?.....	5
6. O que são tarefas? .....	5
7. Como está estruturado o Exame? .....	5
8. Quais são os níveis de proficiência avaliados? .....	5
9. Como é feita a correção? .....	7
10. Como se preparar para o exame? .....	8
11. Qual é a data de aplicação do Exame? .....	8
12. Como se inscrever para o Exame? .....	8
13. Como validar a inscrição para o Exame? .....	9
14. O que é exigido no dia do Exame? .....	9
15. Como se informar sobre o resultado do exame? .....	9
16. O Exame pode ser utilizado para pesquisa? .....	9
17. Como é o Exame? .....	10

## 1. O que é o Celpe-Bras?

O Celpe-Bras é o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, aplicado no Brasil e em outros países pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O Celpe-Bras é o único certificado de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro. É aceito internacionalmente, em empresas e instituições de ensino como comprovação de competência na língua portuguesa. No Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação, bem como para validação de diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem trabalhar no país. O Celpe-Bras é requisito para inscrição profissional em algumas entidades de classe, a exemplo do Conselho Regional de Medicina (CRM). Entretanto o Celpe-Bras não é um diploma para interessados em dar aulas de português para falantes de outras línguas. Essa função pressupõe uma formação específica, que envolve habilidades e competências não avaliadas no Exame.

## 2. Quem pode se inscrever?

Conforme o Artigo 4º da portaria MEC nº 1350 de 2010, “O Exame Celpe-Bras destina-se a:

I - cidadãos estrangeiros;

II - brasileiros cuja língua materna não seja o português”

## 3. O que é um exame de proficiência?

Um exame de proficiência é aquele que tem como objeto de avaliação o conteúdo definido com base nas necessidades de uso da língua-alvo. No caso do Celpe-Bras, essas necessidades incluem as habilidades exigidas para realizar estudos ou desempenhar funções de trabalho no Brasil ou no exterior, quando o uso do português se fizer necessário. Essas habilidades incluem comunicar-se em situações do dia-a-dia, ler e redigir textos, interagir oralmente ou por escrito em atividades do contexto escolar (esclarecer dúvidas com o professor, fazer provas, apresentar seminários etc.) e externas a ele (fazer relatos, fazer compras, obter informações, reclamar, ir ao médico etc.). Por ser um exame de proficiência, o Celpe-Bras não é elaborado com o objetivo de avaliar a aprendizagem em um determinado curso, mas o que o examinando consegue fazer na língua-alvo, independentemente de *onde*, *quando* ou *como* essa língua foi adquirida. Essa aprendizagem pode ter ocorrido pela convivência com falantes dessa língua ou em situação formal de ensino.

## 4. Qual é a natureza do Exame?

O Exame é de natureza comunicativa, isso significa que não se busca aferir conhecimentos *a respeito da língua*, por meio de questões sobre a gramática e o vocabulário, mas sim a *capacidade de uso dessa língua*. A competência do examinando é, portanto, avaliada pelo seu desempenho em tarefas que se assemelham a situações que possam ocorrer na vida real. Embora não haja questões explícitas sobre gramática e vocabulário, esses elementos são importantes na elaboração de um texto (oral ou escrito) e são levados em conta na avaliação do desempenho do examinando. Com base em uma visão da linguagem como uma ação conjunta de participantes com um propósito social, e considerando língua e cultura como indissociáveis, o conceito de proficiência que fundamenta o Exame consiste no *uso adequado da língua para desempenhar ações no mundo*. Nesse sentido, a prática da linguagem tem de levar em conta o contexto, o propósito e o(s) interlocutor(es) envolvido(s) na interação com o texto. No

que se refere à questão cultural, entende-se por cultura as experiências de mundo e práticas compartilhadas pelos membros de uma comunidade. Os indivíduos agem em contexto e, como tal, são influenciados por sua própria biografia, ou seja, pelo contexto social e histórico no qual estão inseridos. Cultura não é vista aqui como uma lista de fatos, autores ou datas importantes, mas como vários processos culturais inter-relacionados, tais como formas de interagir em diversas situações e contextos, atribuição de valores,

## Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

representações de si próprio e do outro, modos de relacionar a interação e a organização cotidiana com sistemas e processos culturais mais amplos. Cultura não é algo acabado, mas co-construído nas práticas cotidianas de uma comunidade. Levar em conta a cultura brasileira no Exame Celpe-Bras significa, portanto, estar sensibilizado para outros pontos de vista sobre o mundo, considerando-se a situação da interação oral e/ou escrita.

### 5. Quais são os componentes do Exame?

Diferentemente dos exames de proficiência que testam em separado as quatro habilidades (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita), o Celpe-Bras avalia esses elementos de forma integrada, ou seja, como ocorrem em situações reais de comunicação. Em uma interação face a face, geralmente estão envolvidos a produção e a compreensão oral. Em outras atividades podem estar em jogo três componentes, por exemplo, quando falamos ao telefone, também ouvimos e podemos precisar anotar um recado. No Exame, essa integração de componentes é obtida por meio de tarefas.

### 6. O que são as Tarefas?

As tarefas substituem os tradicionais itens ou perguntas e abrangem mais de um componente e compõem a Parte Escrita do Exame. Fundamentalmente, a tarefa é um convite para interagir com o mundo, usando a linguagem com um propósito social, em outras palavras, uma tarefa envolve basicamente uma *ação*, com um *propósito*, direcionada a um ou mais *interlocutores*. São exemplos de tarefas:

- Ler uma coluna de aconselhamento de uma revista (*ação*) para escrever uma carta (*ação*) à seção “Cartas do Leitor” dessa revista (*interlocutor*), opinando sobre as respostas do colunista aos leitores (*propósito*).
- Escrever um *e-mail* (*ação*) para um amigo (*interlocutor*) sugerindo atividades para o fim de semana (*propósito*), com base na leitura da seção de programação de um jornal (*ação*).
- Assistir a uma reportagem sobre estresse no trabalho (*ação*) para selecionar argumentos contra o aumento da carga horária no trabalho (*propósito*), para serem apresentados por escrito (*ação*) em uma reunião com o chefe (*interlocutor*).

Em cada tarefa há sempre um *propósito* de comunicação (escrever um texto para reclamar, para informar, para discordar etc.) e um *interlocutor* (que pode ser um jornal, um amigo, um chefe etc.), de forma que o examinando possa adequar seu texto à situação de comunicação. Na correção, esses aspectos são importantes para julgar a adequação da resposta do examinando ao contexto.

### 7. Como está estruturado o Exame?

O Exame está dividido em duas partes: **Parte Escrita e Parte Oral**. O primeiro integra compreensão oral, escrita e produção escrita. O segundo integra compreensão oral, escrita e produção oral. Mais informações sobre a estrutura do exame estão disponíveis no link:

[http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura\\_exame](http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura_exame)

## 8. Quais são os níveis de proficiência avaliados?

Por meio de um único exame, são avaliados, para efeito de certificação, quatro níveis de proficiência: **Intermediário, Intermediário Superior, Avançado e Avançado Superior**. O desempenho do examinando é avaliado de forma global nas tarefas, da Parte Escrita, e na interação, da Parte Oral. A obtenção do certificado está condicionada ao equilíbrio entre o desempenho na Parte Escrita e na Parte Oral, isto é, mesmo apresentando um desempenho avançado na Parte Oral, caso o examinando não alcance um desempenho de nível intermediário (nível mínimo para certificação) na Parte Escrita, ele não obterá certificação. Como o objetivo do Celpe-Bras é certificar a proficiência em língua portuguesa em

### Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

todas as habilidades de forma integrada, não há cálculo de média entre as notas da Parte Escrita e da Parte Oral. Para obter o Certificado Avançado, por exemplo, o examinando deve alcançar esse nível em ambas as partes do Exame.

A nota final geral do examinando é definida pela menor nota entre a nota final da Parte Escrita e a nota

final da Parte Oral. De acordo com a nota final geral obtida, o examinando será classificado nos seguintes

níveis de proficiência:

Nível	Pontuação Obtida
<b>Sem Certificação</b>	0,00 a 1,99
<b>Intermediário</b>	2,00 a 2,75
<b>Intermediário Superior</b>	2,76 a 3,50
<b>Avançado</b>	3,51 a 4,25
<b>Avançado Superior</b>	4,26 a 5,00

A diferença entre os níveis espelha a qualidade do desempenho nas tarefas de compreensão e produção textual (oral e escrita) em três aspectos: *adequação ao contexto* (cumprimento do propósito de compreensão e de produção, levando em conta o gênero discursivo e o interlocutor), *adequação discursiva* (coesão e coerência) e *adequação linguística* (uso adequado de vocabulário e de estruturas gramaticais).

No Nível **Intermediário** é conferido ao examinando que evidencia um domínio operacional parcial da língua portuguesa, demonstrando ser capaz de compreender e produzir textos orais e escritos sobre assuntos limitados, em contextos conhecidos e situações do cotidiano; trata-se de alguém que usa estruturas simples da língua e vocabulário adequado a contextos conhecidos, podendo apresentar inadequações e interferências da língua materna e/ou de outra(s) língua(s) estrangeira(s) mais frequentes em situações desconhecidas.

No Nível **Avançado** é conferido ao examinando que evidencia domínio operacional amplo da língua portuguesa, demonstrando ser capaz de compreender e produzir textos orais e escritos, de forma fluente,

sobre assuntos variados em contextos conhecidos e desconhecidos. Trata-se de alguém, portanto, que usa estruturas complexas da língua e vocabulário adequado, podendo apresentar inadequações ocasionais na comunicação, especialmente em contextos desconhecidos. O examinando que obtém este certificado tem condições de interagir com desenvoltura nas mais variadas situações que exigem domínio da língua-alvo.

No Nível **Avançado Superior** é conferido ao examinando que preenche todos os requisitos do nível Avançado; porém, as inadequações na produção escrita e oral devem ser menos frequentes do que naquele nível.

A **exigência do certificado é decisão exclusiva da instituição** que pretende usar o Exame como instrumento de seleção ou avaliação de seus candidatos e deverá estar condicionada às exigências ou às necessidades de uso da língua-alvo nesses contextos.

Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

## 9. Como é feita a correção?



Comissão Técnico-Científica e Corretores do Celpe-Bras. Brasília, DF, Julho/2011

A avaliação da Parte Oral é feita durante a interação face a face por dois avaliadores especialmente treinados. As notas são dadas de forma independente pelos dois avaliadores: enquanto um interage com o examinando e lhe confere uma nota, levando em conta a interação, o outro observa e analisa seu desempenho de forma analítica, utilizando uma grade com seis critérios (compreensão, competência interação, fluência, adequação lexical e gramatical, pronúncia) com gradações de desempenho específicas para cada nível. As interações são gravadas em áudio para eventual aferição e análise por parte da Comissão Técnica.



Conferência da correção da Parte Oral do Celpe-Bras. Brasília, DF, Julho/2011

A avaliação da Parte Escrita é feita no Inep, em Brasília, por corretores especialmente treinados e supervisionados pela Comissão Técnica, que utilizam grades de correção com critérios previamente definidos, específicos para cada uma das tarefas. Cada tarefa é avaliada por dois corretores, também de forma independente, mantendo-se em sigilo a identidade do examinando. A avaliação envolve a compreensão e a produção de forma integrada. A compreensão é avaliada considerando-se a adequação e a relevância da produção do examinando em resposta ao texto oral ou escrito. Quando se considera proficiência como uso adequado da linguagem para praticar ações, o essencial para a avaliação da produção textual oral ou escrita é o aspecto comunicativo, isto é, a *adequação ao contexto*. Isso quer dizer que, mesmo que apresente coesão e adequação linguística, a produção será julgada como inadequada se não cumprir o que foi solicitado na tarefa. Uma produção que cumpre os propósitos de leitura e escrita será considerada de nível Avançado; uma produção que cumpre parcialmente esses propósitos será considerada de nível Intermediário. A qualidade com que a ação será desenvolvida, ou seja, a *adequação discursiva* (que envolve aspectos de coesão e coerência) e a *adequação linguística* (adequação lexical e gramatical) servirão de referência para a distinção entre os níveis; Intermediário e Intermediário Superior, Avançado e Avançado Superior.

Coesão e coerência são vistas como conceitos relacionados e complementares. A coerência textual é um processo de construção de sentidos que se estabelece na interação texto–usuário. Trata-se da possibilidade de se estabelecer no texto alguma forma de unidade, relação e continuidade de sentidos. Colaboram para a construção da coerência aspectos como: a manutenção de um tópico por meio de retomadas de conceitos e ideias; a progressão do texto, ou seja, a organização da estrutura informacional para guiar o leitor em sua compreensão; a articulação do texto, ou seja, as relações lógicas que se estabelecem entre fatos, ações ou eventos e conceitos no universo textual; a não-contradição, ou seja, a compatibilidade entre ideias e conceitos no mundo textual e o mundo real a que se referem. A coesão textual caracteriza-se pela presença de elementos linguísticos na estrutura de superfície do texto, que sinalizam conexões sintáticas e semânticas entre as sentenças e permitem a integração destas com o todo. Entre os mecanismos de coesão estão, por exemplo, paráfrase, operadores de junção (sinais que explicitam as relações entre eventos no texto), tempo e aspecto verbal e elipse. Inadequações no uso desses elementos de coerência e coesão, seja pela imprecisão ou ambiguidade, causando quebras tanto na continuidade quanto na progressão, podem comprometer a estruturação do texto e assim dificultar sua compreensão. Em lugar de uma aferição quantitativa de pontos isolados da língua, faz-se uma avaliação qualitativa do desempenho dentro do objetivo da tarefa. Muitas vezes, uma produção textual com pouca ou nenhuma inadequação linguística não necessariamente demonstra compreensão do propósito da tarefa. Proficiência implica efetivamente agir mediante o uso da

7

## Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

linguagem. Nesta perspectiva, ler, por exemplo, significa mais do que compreender as palavras do texto. Uma leitura proficiente e crítica envolve atribuir sentidos autorizados pelo texto, selecionar informações relevantes, relacioná-las e usá-las para propósitos específicos solicitados pela tarefa do Exame. A proficiência na escrita significa usar a informação relevante e adequar a linguagem ao propósito da escrita (reclamar, opinar, argumentar etc.) e ao interlocutor (amigo, chefe, leitores de um jornal etc.), tendo-se em conta os parâmetros de textualização de diferentes gêneros discursivos: mensagem eletrônica, cartas do leitor, texto publicitário etc.

## 10. Como se preparar para o Exame?

Não há uma maneira única ou melhor de se preparar para o Exame. O examinando pode preparar-se sozinho lendo jornais e revistas, posicionando-se a respeito dos assuntos encontrados, escrevendo textos, assistindo a filmes e programas de televisão, interagindo com outros falantes de português. Ou, ainda, pode procurar cursos que ofereçam oportunidades para a criação de textos orais ou escritos com propósitos diversos em diferentes contextos e dirigidos a interlocutores variados (colegas, amigos, autoridades, diferentes seções de jornais ou revistas, entre outros) e que promovam a discussão de aspectos textuais e discursivos que poderão auxiliar a compreensão e a produção textual. Uma preparação voltada única e exclusivamente para questões gramaticais e para o contraste de estruturas linguísticas, cuja meta mais importante seja a superação de problemas de interferência linguística, não será suficiente.

Também não é suficiente a preparação do examinando baseada apenas em esforços imediatamente anteriores ao Exame. Como o Exame avalia conhecimentos práticos da língua, o examinando deve começar sua preparação com antecedência.

É importante entender a natureza e o nível de dificuldade dos textos e das tarefas, assim como a natureza das produções esperadas. Os assuntos dos textos (orais e escritos) variam a cada edição do Exame. Os tópicos listados nesta versão simplificada do manual mostram a abrangência do conteúdo do Exame.

## 11. Qual é a data de aplicação?

O Celpe-Bras é aplicado até duas vezes ao ano. Mais informações sobre a aplicação do Exame podem ser encontradas no Edital que o regulamenta, divulgado no Diário Oficial da União (DOU), no *site*: [www.inep.gov.br/celpebras](http://www.inep.gov.br/celpebras) e nos postos aplicadores. As instruções sobre o local e os horários do Exame – Parte Escrita e Parte Oral – serão obtidas pelo examinando junto ao posto aplicador. Em caso de inobservância das instruções, o examinando terá sua inscrição cancelada, sem direito à restituição da taxa de inscrição.

## 12. Como se inscrever para o Exame?

O interessado deverá preencher corretamente o formulário de inscrição, disponível no *site* do Celpe-Bras: <http://celpebras.inep.gov.br/inscricaoCelpeBras/> informando todos os dados solicitados. O formulário será remetido pelo próprio sistema para o banco de dados do INEP, com cópia para a instituição escolhida pelo interessado. Após essa operação, será emitido o comprovante da inscrição, que deverá ser entregue na instituição na qual o interessado se inscreveu para realizar o Exame, juntamente com cópia legível de sua documentação pessoal (identidade ou passaporte) e comprovante do recolhimento da taxa, indispensáveis para a validação da inscrição. Ao entregar os documentos, o interessado receberá a confirmação da data, local e horário do Exame.

O interessado pode inscrever-se, pela Internet, em qualquer instituição credenciada no Brasil ou no

8

Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

exterior (ver lista de instituições nos itens “Instituições Credenciadas no Brasil” e “Instituições Credenciadas no Exterior” no *site*: [www.inep.gov.br/celpebras](http://www.inep.gov.br/celpebras)). Em nenhuma hipótese será admitida a inscrição de um interessado ao Exame Celpe-Bras em um posto e a realização das provas em outro.

## 13. Como validar a inscrição para o Exame?

Para que a inscrição seja validada, torna-se indispensável o cumprimento das seguintes etapas pelo interessado:

**Inscrição** – A **primeira etapa** consiste no preenchimento correto de todos os dados solicitados, *exclusivamente* pela Internet, no endereço eletrônico: <http://celpebras.inep.gov.br/inscricaoCelpeBras/>, obedecendo ao horário oficial de Brasília-DF. O INEP não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. A quantidade de inscrições se limita à capacidade do Posto Aplicador para o atendimento de candidatos.

**Pagamento** – A **segunda etapa** consiste no pagamento da taxa de inscrição, de acordo com orientação disponível no posto aplicador escolhido no ato da inscrição. <http://portal.inep.gov.br/postos-aplicadores>

**Homologação** – A **terceira etapa**, conforme edital do Exame, consiste na entrega da cópia de documento de identificação atual (passaporte, carteira de identidade para estrangeiro, ou documento oficial de identidade do país onde reside)

## 14. O que é exigido no dia do Exame?

LXXIV

No dia do Exame, o examinando deve apresentar o original do documento oficial de identificação que usou no preenchimento do formulário de inscrição. Não será permitida a entrada de examinandos após o início da Parte Escrita. No caso de desistência ou não comparecimento do examinando, não haverá reembolso da taxa de inscrição. Qualquer conduta irregular dos examinandos durante a aplicação do Exame será comunicada à Comissão Celpe-Bras pelas instituições credenciadas, podendo implicar sua anulação.

## 15. Como se informar sobre a nota final e o resultado do Exame?

Os resultados são publicados no Diário Oficial da União (DOU) e no *site*: <http://portal.inep.gov.br/celpebras-resultados>. Os certificados são enviados para as instituições onde foram realizadas as provas e devem ser retirados pelos examinados. Para fins de comprovação perante instituições nacionais ou estrangeiras, a publicação no DOU, disponível também na página do INEP, possui o mesmo valor dos certificados que vierem a ser expedidos.

## 16. O Exame pode ser utilizado para pesquisa?

O INEP detém os direitos de autoria dos Exames. Amostras do desempenho dos examinados no Exame fazem parte de um banco de dados, que poderá ser utilizado para pesquisa mediante autorização do INEP, mantendo-se em sigilo a identidade dos examinados. As amostras do desempenho dos examinados e as provas somente podem ser reproduzidas, total ou parcialmente, com autorização escrita do INEP.

Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

## 17. Como é o Exame?

A Estrutura do Exame e os exemplos de provas estão disponíveis para *download* em [http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura\\_exame](http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura_exame)

### **PARTE ESCRITA (3 HORAS)**

- Duas tarefas que integram compreensão oral e produção escrita
- Duas tarefas que integram leitura e produção escrita

### **PARTE ORAL (20 MINUTOS)**

Consiste numa interação durante a qual entrevistador e examinando conversam sobre atividades e interesses do examinando e sobre assuntos de interesse geral, a partir dos Elementos Provocadores; pequenos textos, fotos, cartuns, denominados elementos provocadores (ver exemplos a partir da página 15). A **Parte Oral** é gravada em áudio ou em áudio e vídeo, dependendo da disponibilidade de equipamentos no posto aplicador e desde que seja garantida a boa qualidade das gravações.

### **PARTE ESCRITA – 4 TAREFAS**

A **Parte Escrita** consiste em 4(quatro) tarefas que avaliam a compreensão e a produção de forma integrada:

na **Tarefa 1**, o examinando assiste a um trecho de vídeo e produz um texto com determinado propósito e dirigido a interlocutores específicos para cada uma das tarefas com propósito determinado;

na **Tarefa 2**, o examinando ouve um trecho de áudio e produz um texto com determinado propósito e dirigido a interlocutores específicos para cada uma das tarefas com propósito determinado;

nas **tarefas 3 e 4**, o examinando faz uma leitura de dois ou três textos e produz um texto com determinado propósito e dirigido a interlocutores específicos para cada uma das tarefas com propósito determinado.

## **OS EXEMPLOS DE TAREFAS QUE INTEGRAM COMPREENSÃO ORAL E PRODUÇÃO ESCRITA ESTÃO DISPONÍVEIS EM** [http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura\\_exame](http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura_exame)

### **PARTE ORAL – INTERAÇÃO FACE A FACE**

O objetivo da interação face a face é avaliar a produção oral. A **Parte Oral**, portanto, constitui-se de uma conversa, com duração de 20 minutos, entre examinando e entrevistador, sobre atividades e interesses do examinando, a partir de tópicos que constam no questionário de inscrição (família, *hobbies*, profissão, entre outros) e sobre tópicos do cotidiano e de interesse geral (ecologia, educação, esportes, entre outros), com base em três elementos provocadores diferentes (fotos, cartuns, quadrinhos, textos curtos etc.), conforme exemplos seguintes.

A **Parte Oral** é avaliada pelo entrevistador e por um observador por meio de uma grade de avaliação, que inclui os seguintes aspectos:

#### **COMPREENSÃO:**

Compreensão do fluxo natural da conversação.

Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

#### **PRODUÇÃO:**

- Recursos interacionais e estratégicos: contribuição para o desenvolvimento da conversa, flexibilidade na mudança de tópico, uso de estratégias comunicativas, adequação ao interlocutor.
- Fluência: manutenção do fluxo da conversa.
- Pronúncia: adequação na pronúncia, ritmo e entonação.
- Gramática: variedade e adequação no uso de estruturas linguísticas.
- Léxico: extensão e adequação no uso de vocabulário.

As fotos, cartuns, quadrinhos, gráficos, textos curtos etc., servem de base para a conversa. O examinando é solicitado a interagir com o entrevistador a partir de perguntas como as que se encontram no *site*: [http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura\\_exame](http://portal.inep.gov.br/celpebras-estrutura_exame)

### **Quais são as especificações do Exame?**

As tarefas do Exame, conforme exemplificadas anteriormente, podem envolver um conjunto variado de operações, propósitos, interlocutores, tópicos e gêneros do discurso .

#### **a) Operações:**

- Reconhecer a situação de comunicação (quem fala, para quem, em que contexto, em que veículo, com que objetivo, em que registro, etc.).

- Localizar e entender uma informação específica no texto.
- Identificar a ideia principal do texto.
- Fazer distinção entre pontos principais e detalhes de apoio.
- Identificar a finalidade ou o objetivo do texto.
- Relacionar a tipografia, o layout e as imagens para compreender o propósito do texto.
- Decidir se o texto é relevante (no todo ou em parte) para as ações a serem desenvolvidas na execução de uma tarefa.
- Reconhecer atitudes, emoções e ponto de vista do autor quando expressos explícita ou implicitamente no texto.
- Expressar, como escritor, suas atitudes, emoções e ponto de vista.
- Destacar os pontos relevantes para resumir o texto, uma ideia específica ou subjacente.
- Acompanhar e registrar o desenvolvimento de um argumento.
- Decidir se o texto é baseado em um fato, uma opinião, uma pesquisa etc.
- Interpretar gráficos e outros materiais apresentados visualmente.
- Reescrever informações no mesmo estilo ou em estilo diferente.
- Transferir informações de/para diagramas, tabelas, gráficos.
- Reconhecer marcas linguísticas características de diferentes gêneros do discurso.

**b) Propósitos:**

- Narrar, relatar, argumentar, expor, instruir, agradecer, pedir, opinar, comentar, expressar atitudes, confirmar, desculpar-se, informar, reclamar, justificar, persuadir, aconselhar, avisar.

**c) Interlocutores:**

- Falantes de português em geral, em situações que requerem registro formal e informal.

**d) Gêneros do discurso:**

- **Textos escritos:** de periódicos (jornais e revistas) – editorial, notícia, entrevista, reportagem, anúncio classificado, publicidade, cartas de leitores, horóscopo, cartuns, quadrinhos, etc.; de livros – crônica, conto, poema, texto didático, receita etc.; de panfletos, cartazes, avisos, placas de trânsito; de telegramas, cartas, bilhetes, e-mails, cartões-postais; de diários, agendas, notas, listagens, resenhas, relatórios, currículos, biografias; de documentos, formulários, questionários, instruções; de mapas, roteiros, quadro de horários, calendários, programas,

Manual do Examinando – Versão Eletrônica Simplificada Celpe-Bras

- cardápios, recibos; de dicionários, catálogos, listas telefônicas, letras de música, legendas de filme etc.
- **Textos orais:** entrevistas, depoimentos, noticiários, debates, reportagens, documentários, anúncios de produtos ou endereços úteis, programa musical, programa de auditório ou de variedades, previsão do tempo, receita, palestra, aula, instruções, informes de trânsito e de situação nas estradas, mensagens na secretária eletrônica, conversas ao telefone, filmes, seriados, novelas, peças de teatro etc.

**e) Tópicos:**

- **Indivíduo:** dados pessoais (profissão, características, preferências, etc.); vida familiar e social (relações entre gerações, aspectos relativos à divisão de responsabilidades, ao trabalho doméstico, à amizade, à vizinhança etc.).
- **Habitação** (tipo de habitação e de hospedagem, localização, cômodos, móveis, utensílios, eletrodomésticos, ferramentas, serviços domésticos, consertos, compra e aluguel de imóvel etc.).

- **Trabalho e estudo** (características, local, instalações, deveres, direitos, horário, salário, relações entre superiores e subordinados, qualificação profissional, mercado de trabalho, entrevistas, reuniões, viagens de negócios, férias e aposentadoria, escola, universidade, bolsa de estudos, exames, estágios, profissões, perspectivas de trabalho, informatização, globalização etc.).
- **Comunicação e transporte** (conversa, postura e gestos, *Internet*, jornal, televisão, rádio, correspondência pessoal e profissional, trânsito, veículos privados e transporte público, compra de passagens, gorjeta, alfândega, bagagem, aluguel de carro etc.).
- **Serviços** (banco, correios, telefone público, polícia, hospital, bombeiros, informação turística etc.).
- **Compras** (imóveis, carros, alimentos, roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos, medicamentos, artigos de papelaria, livros, discos, entradas para espetáculos, presentes, preços, moeda, formas de pagamento, pesos, medidas, embalagens, anúncios publicitários e classificados, compras pela Internet, entregas etc.).
- **Alimentação** (compra e preparo de comidas e bebidas, espaços, ocasiões e comportamentos ao se comer e beber etc.).
- **Corpo e saúde** (exercícios, higiene, estética, moda, partes do corpo, percepções, doenças, consulta médica e odontológica, exames, plano de saúde, emergência, acidentes, medicamentos, drogas etc.).
- **Lazer, viagens e arte** (atividades de lazer, esportes, praia, leitura, música, filmes, artes plásticas, rádio, televisão, estádios, bibliotecas, *Internet*, teatros, concertos, museus, exposições etc.).
- **Ciência e tecnologia** (temas atuais da área biomédica, de comunicações, de transportes, de energia, de alimentos etc.).
- **Clima e ecologia** (tipos de clima, fenômenos atmosféricos, previsão do tempo, poluição e preservação da natureza etc.).

### **Anexo XIII: As Instituições que antecederam o Camões, I.P.**

**Os primeiros tempos: A Junta de Educação Nacional – JEN:** O golpe militar de 1926 pôs fim à República e inaugurou o Estado Novo, liderado por um grupo de militares conservadores, de ideias antidemocráticas e antiliberais.

Entre 1926 e 1930, havia ainda a presença de um grupo republicano conservador, que ainda acreditava que um regime liberal fosse possível, mas, a partir de 1930, a Ditadura consolidou-se em torno de Oliveira Salazar, e foi nesse período e dentro deste contexto histórico que surgiu a *Junta de Educação Nacional –JEN*.

O estabelecimento da Ditadura não foi pacífico: entre 1927 e 1930 houve revoltas de militares republicanos e civis. Estudantes universitários revoltavam-se devido às medidas económicas do novo governo, com a contenção de despesas no setor educacional. Assim sendo, pode ser que "a criação da JEN surgisse, em certa medida, como tentativa de apaziguamento da contestação no meio universitário". (Ibidem, 2012: 51 apud Augusto J.S.Fitas e Antonio Videiras).<sup>1</sup>

A JEN foi então criada, segundo decreto nº 16.381, publicado em 16 de Janeiro de 1929, como organismo permanente no Ministério da Instrução Pública, com autonomia administrativa, com a finalidade de favorecer a cultura científica, considerada fator de grande importância para um país. O decreto acentuava também a necessidade da independência do organismo, para que ele conseguisse atingir suas metas, pois havia uma certa urgência no aperfeiçoamento dos quadros de professores das escolas de ensino superior, assim como a necessidade de melhoramentos na investigação científica em Portugal, promovendo um intercâmbio de investigadores portugueses com outros países.

---

<sup>1</sup> ROLLO, Maria Fernanda et al. (2012). *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 51, ISBN 978-972-27, apud FITAS, Augusto J.S. e VIDEIRAS, Antonio. *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Lisboa. Instituto Piaget, col. «Estudos e Documentos», 2004, pp. 34-35.

Assim, podemos citar os objetivos da JEN, segundo o decreto acima mencionado, tirados do *Diário do Governo*, I, n° 13, de 16 de Janeiro de 1929:

1. Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalho de investigação e propaganda científica [...];
  2. Subsidiar investigações de carácter científico em Portugal, nas suas colónias e no estrangeiro;
  3. Organizar e subsidiar missões de estudo na metrópole, nas colónias e no estrangeiro;
  4. Promover a melhoria das condições materiais, intelectuais e morais dos estudantes, professores e investigadores, especialmente dos subsidiados pela Junta;
  5. Organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e no estrangeiro;
  6. Promover a colocação dos antigos bolseiros, segundo as suas habilitações;
  7. Organizar um serviço de informações acerca dos centros docentes e das condições da vida nos principais países, especialmente sob os aspectos que possam interessar a estudantes e professores;
  8. Promover o intercâmbio intelectual, a expansão da cultura portuguesa e a representação em congressos e outras reuniões científicas no País e fora dele;
  9. Fundar, subsidiar e dirigir escolas de ensino pedagógico em todos os graus de ensino, exceptuando o superior;
  10. Criar outras instituições destinadas a contribuir para a melhoria progressiva da educação nacional;
  11. Promover ou subsidiar publicações de carácter científico;
  12. Representar ao Governo, da sua própria iniciativa, sobre assuntos de instrução.
- (Ibidem, 2012: 52-54 apud *Diário do Governo*, I Série, n° 13, de 16 de Janeiro de 1929).<sup>2</sup>

A Junta tinha um quadro amplo de membros e a sede era em Lisboa: membros honorários, membros efetivos, com uma Delegação de Coimbra e uma Delegação do Porto. Entre os membros efetivos, pelo menos 15 eram professores ou assistentes das Universidades portuguesas. Dessa forma, havia um equilíbrio de representantes das três Universidades da República. (Ibidem, 2012: 54).

Os bolseiros que regressavam a Portugal deveriam, sobretudo, integrar-se em instituições produtivas, para que seu esforço não tivesse sido em vão. Portanto a Junta se comprometia a garantir uma posição, isto é, um trabalho para os bolseiros que retornavam ao país: o ex-bolseiro era indicado ao Governo para ocupar um cargo onde ele pudesse aplicar tudo que havia aprendido lá fora. (Ibidem, 2012: 56-57).<sup>3</sup>

---

2 ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 52-54. ISBN 978-972-27

3 Ibidem, ibidem, pp. 56-57.

Mas, os objetivos da Junta esbarravam num grande problema: a limitação de recursos que impedia a realização de tudo o que se propunha. Desta maneira, com um reduzido número de bolseiros não se poderia realizar a renovação social tão almejada. Era necessário que houvesse uma seleção mais severa dos candidatos em função do número de bolsas que se podia dar. Mas, ao mesmo tempo, acreditavase que este limite poderia tornar a atividade da Junta mais perfeita em comparação às instituições estrangeiras do mesmo gênero.

O fato é que, esse problema levou a Junta a se concentrar num determinado setor: o agrícola, apoiando em especial o desenvolvimento dos estudos de agronomia.

Interessante é observar que, uma das preocupações da Junta, no que diz respeito ao aprendizado de línguas estrangeiras, foi promover o ensino da língua alemã aos alunos das Escolas Científicas, uma vez que esta língua aparecia frequentemente na bibliografia das ciências:

O documento apresentado por Celestino da Costa também mencionava a relação a estabelecer entre a JEN e as sociedades científicas portuguesas, face às quais o seu papel passaria sobretudo pelo apoio à publicação de trabalhos científicos. Em toda esta proposta era manifesta a preocupação com o desenvolvimento integrado do apoio ao ensino e à investigação, de modo que a acção da Junta não se desenrolasse isoladamente ou de forma não articulada com o papel do Estado e das próprias instituições de ensino. A esse propósito, destacava-se de alertar o Governo para a urgência de «se curar seriamente do ensino do alemão aos futuros alunos das Escolas Científicas, pela importância considerável desta língua na bibliografia das ciências». (Ibidem, 2012: 61 apud COSTA, Augusto Celestino da, 1930).<sup>4</sup>

Como a ação da Junta devia estender-se às colônias, onde também existiam centros de estudo de investigação científica, havia também a preocupação em prover de material esses mesmos centros.

---

4 ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 61, ISBN 978-972-27, apud COSTA, Augusto Celestino da. *Relatório do Vice-Presidente do Ramo da Ciência, Prof.A.Celestino da Costa, sobre as Necessidades da Investigação Científica e Portugal*, 1930, p.12.

Em 1930 discutiu-se as condições gerais sobre a investigação em Portugal, e chegou-se à conclusão da necessidade da aplicação do sistema de tempo integral (*full time*), oferecendo-se um ordenado aos professores que dedicavam seu tempo inteiramente à investigação e ao ensino.

A proposta foi discutida por anos, mas nem a JEN e nem o Instituto de Alta Cultura conseguiram impor esse sistema.

No que diz respeito à expansão da Língua Portuguesa no mundo era necessário uma articulação da JEN com universidades estrangeiras, e assim foi sugerido que se organizasse cursos de preparação de leitores e professores de Português em escolas estrangeiras conseguindo-se acordos com organizações oficiais de outros países, para a criação e subvenção de cadeiras de Português no estrangeiro.

O primeiro centro de investigação criado pela Junta em 1932 foi o Centro de Estudos Filológicos, e logo em seguida iniciaram-se os trabalhos de preparação da instalação do Laboratório de Fonética Experimental na Faculdade de Letras de Coimbra, indo ao encontro à política cultural de carácter nacionalista.

Já em 1930 surgiram ideias para a criação de um centro de estudos de linguística e de filologia, inspirado no *Centro de Estudios Históricos* da Espanha.

Conforme o *Livro de Actas [...], Acta da 30ª, sessão da Comissão Executiva da JEN, de 13 de Dezembro de 1930*, mencionado no livro *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX*, entre seus objetivos estavam:

- a publicação de uma revista de filologia portuguesa,
- estudar a situação da língua portuguesa fora do país e promover seu ensino nos liceus e universidades estrangeiras,
- a fundação de uma Sociedade de Amigos da Língua Pátria, e ainda,

- organizar programas de investigação filológica, linguística ou literária que poderiam ser dirigidos aos alunos de letras dos liceus e das faculdades, como exercícios práticos - já havia, por exemplo, uma preocupação em conseguir subsídios para glossários técnicos nacionais. (ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012: 71-72).<sup>5</sup>

Assim, em 27 de Junho de 1932 oficializou-se o primeiro centro criado pela JEN: o Centro de Estudos Filológicos com sede em Lisboa. A Junta deu um subsídio de 13.000\$00 para as instalações deste centro, que foi o responsável pela afirmação da importância política em se promover e estudar a Língua Portuguesa.

Entre as tarefas deste centro estava a organização do Atlas Linguístico Português e da Bibliografia Filológica, além da publicação do Dicionário Arcaico, e de edições críticas dos Trovadores e dos Cronistas. (Ibidem, 2012: 75).<sup>6</sup>

Em 1934-1935, no que diz respeito ao plano de expansão do Português, já se podia contar com 10 cadeiras e leitorados portugueses apoiados pela Junta, além do envio de bibliografia portuguesa para bibliotecas estrangeiras, e de intercâmbios académicos, como por exemplo, o acordo feito com a *Deutscher Akademischer Austauschdienst E.V.*, com intercâmbios anuais entre bolseiros alemães e portugueses. (Ibidem, 2012: 78).<sup>7</sup>

---

5 ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 71 - 72, ISBN 978-972-27, apud AIC Livro de Actas [...], Acta da 30ª, sessão da Comissão Executiva da JEN, de 13 de Dezembro de 1930.

6 ROLLO, Maria Fernanda et al., (2012). *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional- Casa da Moeda, p. 75. ISBN 978-972-27.

7 Ibidem, ibidem, p. 78.

A meta da criação de postos de ensino da Língua Portuguesa em outros países (primeiramente na Europa) era a de garantir um relacionamento diplomático científico e cultural português com estes países.

Na França, um dos primeiros leitorados para o ensino da língua e literatura portuguesas a serem criados, foi o leitorado da Sorbonne.

Em Junho de 1930, enquanto bolseiro em Paris, Leite Pinto alertou a junta para a necessidade de se criar um leitorado na Sorbonne – um entre vários dos que haveriam de ser criados em França. A proposta foi aprovada em Conselho da Universidade de Paris, em 9 de Fevereiro de 1931, levando à nomeação de Leite Pinto como primeiro leitor, em 7 de Março.

A curto prazo, esta preocupação assumiu um carácter institucional, levando à organização de inquéritos sobre a situação do Ensino de Português em diferentes países e à negociação para abertura de novos postos. De resto, os futuros leitorados assumiriam uma feição estratégica com especial importância para a acção global da JEN no domínio da expansão cultural, como tantas vezes se ventilara. (Ibidem, 2012: 85).<sup>8</sup>

Os cursos de língua e literatura cresciam em toda a Europa (mesmo que com avanços e recuos) e também nesta época o Brasil teve uma participação no apoio aos cursos de Língua e Literatura Portuguesa no México e nos Estados Unidos.

No que respeita ao velho desejo de se criar residências para estudantes fora de Portugal, apesar das dificuldades financeiras, a JEN adquiriu um quarto na Cidade Universitária parisiense, com o empenho do então leitor de Português na Sorbonne, Francisco Leite Pinto, e entre diversas reuniões, negociar-se-ia a fundação de um Instituto de Estudos Portugueses em Paris, com a finalidade de se intensificar os estudos da Língua Portuguesa na França.

Já em 1933-34, o ensino da Língua e Literatura portuguesas expandiu-se por diversas Universidades francesas, além da sua expansão na Alemanha e na Inglaterra. (Ibidem, 2012: 87-88).<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Ibidem, ibidem, p. 85.

<sup>9</sup> Ibidem, ibidem, p. 88.

A JEN enfrentou muitas dificuldades no que respeita à aquisição de verbas para atingir seus objetivos. Em 1933, o jornal *O Século* interessou-se por esta difícil situação, e ofereceu-se para organizar uma série de conferências culturais a fim de divulgar o trabalho dos bolsiros da JEN, fazendo dessa maneira, que ficasse conhecido o trabalho da Junta em prol da cultura portuguesa e ao mesmo tempo divulgando sua difícil situação financeira.

Um dos temas destas conferências foi o de Manuel Rodrigues Lapa: "A política do idioma e as universidades", pondo em evidência:

- a- a importância da Língua Portuguesa, mencionando a necessidade de reformas tanto no estado das coisas como no pessoal,
- b- o papel da Junta e do Centro de Estudos Filológicos: Lapa elogiava tudo que até então a Junta havia feito, mas ao mesmo tempo, observava "o exagero do nacionalismo e a falta de eficiência de ordem coerciva no problema global da difusão da cultura." (Ibidem, 2012: 109 apud «As conferências culturais promovidas pelo *Século*», *O Século*, nº 18294, de 15/02/1933, p.1).<sup>10</sup>

Na sua conferência Lapa também referiu-se aos problemas concretos da política externa da língua, não deixando de mencionar também o auxílio das relações lusobrasileiras e o acordo ortográfico feito na época.

Como vemos, já na época da Junta constatamos a presença do velho problema, que, quando se trata de expandir a cultura frequentemente surge o problema financeiro.

Mas, com todas as dificuldades, Portugal nunca mediu esforços para promover a Língua Portuguesa, e nunca tratou o tema "Cultura e Língua Portuguesa" como artigo de luxo e de segunda necessidade.

---

<sup>10</sup> Ibidem, ibidem, p. 109, apud «As conferências culturais promovidas pelo *Século*», *O Século*, nº 18294, de 15/02/1933, p.1.

Mas, o Estado Novo pecou pelo exagero de autoritarismo e falta de democracia, que acabou por impedir que muitos investigadores, professores, homens da cultura e do saber prosseguissem no seu trabalho incansável, afastando-os, punindo-os somente pelo fato de terem ideias contrárias ao Estado. (ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago, SALGUEIRO, Ângela, 2012: 115).<sup>11</sup>

Em 1936 o Instituto para Alta Cultura vem a substituir a JEN.

**O Instituto para Alta Cultura – IAC:** Em pleno Estado Novo, as funções da JEN foram transferidas para o IAC, e este Instituto prosseguiu na sua tarefa de promover acordos internacionais, fazendo contato com outras entidades, como por exemplo, a *Fundação Rockefeller*, do *British Council* e a *Alexander von Humboldt- Stiftung*.

O IAC constiuía a 7ª secção da *Junta Nacional de Educação (JNE)*, secção esta encarregada de continuar a política de expansão da cultura portuguesa, conceder bolsas de estudo tanto em Portugal como no estrangeiro, promover a efetiva utilização e integração dos bolseiros além de promover a publicação de seus trabalhos. (Ibidem, 2012: 123-124).

Mais uma vez discutiu-se a possibilidade de remuneração *full time* e o estatuto dos investigadores, mas, mais uma vez a questão não foi resolvida, pois este tópico "não era de fácil convergência de opiniões". (Ibidem, 2012: 127).

Desde logo porque, por um lado, envolvia um debate sobre o papel da Universidade, o que suscitava posições distintas e mesmo diametralmente opostas e, por outro, por se tratar de diferentes entendimentos sobre o que devia ser a investigação. A estas

---

11 ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX– da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 115. ISBN 978-972-27.

divergências não eram alheias tensões existentes entre a concepção de uma cultura erudita e tendencialmente humanista e outra cultura de matriz técnico-pragmática. Igualmente, questões que não podem ser dissociadas das visões político-ideológicas, claramente em conflito, sobre a forma de encarar as realidades política, social e económica. (Ibidem, 2012: 127-128).<sup>12</sup>

Era ainda uma realidade o problema de falta de recursos, bibliotecas pobres laboratórios despojados de recursos e de material (somente dispunham de recursos indispensáveis ao ensino). Tudo isso representava um desafio para o projeto de aproveitamento dos bolseiros que voltavam ao país, e assim, dever-se-ia investir na criação de centros de investigação.

Criou-se o Laboratório de Fonética Experimental ligado ao Centro de Estudos Filológicos, através de um diploma legal, o decreto-lei nº 26.994. (cfe. O Diário do Governo, I Série, nº 213, de 10 de Setembro de 1936, Ibidem, 2012: 129), instalado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e dedicando-se ao ensino da Fonética Portuguesa, com cursos livres, cursos de verão e cursos para estrangeiros.

O cargo de diretor do Laboratório foi assumido por Armando Soeiro Moreira de Lacerda, antigo bolseiro da JEN. O Centro de Estudos de Filologia encarregou-se das despesas de instalação.

Em 1935, um pouco antes da passagem da JEN para o IAC, Francisco Leite Pinto, que era secretário-geral da Junta, viajou para a Espanha e para a Bélgica com o objetivo de informar-se sobre a situação dos trabalhos do Atlas Linguístico da Península, que estava sendo elaborado no Centro de Estudos Históricos de Madri, aproveitando para visitar as Juntas Espanholas – o desejo era o de estabelecer uma colaboração no Atlas, juntamente com o centro

---

<sup>12</sup> Ibidem, ibidem, pp. 127-128.

espanhol que estava realizando este trabalho. A viagem para a Bélgica, visitando a Fundação Universitária Belga e as instituições que estavam ligadas a ela, tinha a intenção de mandar um leitor de Português para Bruxelas a fim de ministrar cursos de língua e literatura. Foi nesta viagem que Leite Pinto teve a oportunidade de observar e comparar os graus de autonomia administrativa e a capacidade financeira das organizações estrangeiras com as capacidades da JEN.

Ainda em 1935, mais uma visita, desta vez de Celestino da Costa, às Universidades de Montpellier, Bordéus e Toulouse foi realizada, com o objetivo de inspeção aos leitorados de português e de verificar as possibilidades de expansão do ensino da Língua Portuguesa, como estratégia no sentido de divulgar língua e cultura – esta era a meta da JEN/IAC – implantar leitorados nas principais capitais europeias, a serviço da expansão do "pátrio idioma" (Ibidem, 2012:135), da difusão do estudo do Português, e também do intercâmbio cultural e científico, e, ao mesmo tempo, deveria ser difundido o interesse pela cultura e a simpatia pelos valores espirituais de Portugal, o que se chamava de "política de espírito", segundo Alfredo de Carvalho, 1936, p.16).<sup>13</sup>

Foi ainda com a reorganização do IAC, que se consolidou uma colaboração com a Fundação Rockefeller (no ramo da investigação médica) no que respeitava à concessão de bolsas de estudo para médicos portugueses, dando assim um grande impulso à investigação científica na medicina portuguesa.

---

13 CARVALHO, Alfredo de, "A Cultura Portuguesa em Bordéus. O Leitorado Português", Separata da Labor, 1936.p.16. In ROLLO, Maria Fernanda at al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 135. ISBN 978-972-27.

**Do Instituto para Alta Cultura e os efeitos da Segunda Guerra Mundial nos leitorados de Língua Portuguesa para a criação do Instituto de Alta Cultura em 1952:** A Segunda Guerra Mundial afetou o funcionamento normal do Instituto para Alta Cultura, no que se refere às bolsas dadas para estágios no estrangeiro: a direção do Instituto decidiu em 1939, suspender as bolsas devido aos acontecimentos internacionais, sem interromper definitivamente o serviço de expansão cultural (língua e cultura), que devia continuar, a não ser que as coisas se agravassem demais e os acontecimentos durante a Guerra não o permitissem, pois dever-se-ia considerar a neutralidade de Portugal. É claro que, mesmo com esta decisão nem tudo poderia correr normalmente: era necessário diminuir o número de bolseiros e economizar. O processo de seleção e manutenção dos bolseiros também devia ser feito com certos critérios: a preferência de países neutros, como por exemplo, a Itália, e derver-se-ia evitar países de moeda forte, como por exemplo os EUA, por medidas econômicas. Portanto, apesar de todos os esforços, houve uma redução nos leitorados de Português, que em 1937 eram 22, e em 1940 passaram a 16. (Ibidem, 2012: 165-166).

Apesar desta relativa contração, a direção do IAC foi procurando assegurar a atividade dos leitores junto das universidades onde funcionavam cadeiras de Língua e Cultura Portuguesas, inclusive nas que se situavam em pleno cenário de guerra. Com efeito, a proposta de orçamento para 1941 previa o aumento das verbas de expansão cultural de modo a assegurar as despesas com a cadeira "Camões" (de Língua e Literatura Portuguesas) na Universidade de Londres, as cadeiras de Estudos Portugueses na Sorbonne e na Universidade Central de Madrid (cuja criação foi autorizada em 13 de Junho de 1940), o curso do liceu Louis-Le-Grand em Paris, o professor de português na Universidade de Rennes, o Instituto de Portugal na Universidade de Roma, as cadeiras de Português na Universidade de Oxford, no Centro Universitário Mediterrâneo de Nice, na Universidade de Amsterdão e na Universidade de Munique, e as Escolas Portuguesas em Casablanca, Rabat e New Bedford. (ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012: 166-167).<sup>14</sup>

---

14 ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional- Casa da Moeda, p. 166-176. ISBN 978-972-27, apud AIC, Informações do IAC à Junta Nacional de Educação, 0549/8, Projecto de orçamento do IAC para 1941, de 28 de Junho de 1940, enviado pelo secretário do IAC, Medeiros Gouveia.

É claro que, com o desenrolar da Guerra, nem sempre foi possível fazer com que tudo, em todos os leitorados, corresse normalmente: em Hamburgo, Colônia e Poitiers, o número de alunos era bem reduzido, em outros leitorados como no Liceu Louis-Le-Grand e em Londres, o trabalho foi interrompido, e em Rennes, o leitor Chagas Franco teve que voltar a Portugal devido aos acontecimentos durante os conflitos.

Outra preocupação do IAC era a de manter o ensino da língua nas comunidades portuguesas que viviam no exterior. Dessa maneira, havia vários apoios às escolas de Português, como por exemplo, a de Xangai que tinha um número elevado de alunos, filhos de homens/cidadãos portugueses, que não podiam deixar de aprender a *língua paterna*, e também as escolas na Galiza. (ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012: 167).

Após a Segunda Guerra Mundial, o IAC continuou com sua função ligada à Educação Nacional e passa por uma reforma orgânica em 1952, mudando seu nome para *Instituto de Alta Cultura*, e sua tutela passa ao Ministério de Educação Nacional.

As críticas à política colonial do Estado Novo começaram a crescer, o IAC passa a assumir novas responsabilidades no âmbito científico, com a promoção estudos de energia nuclear, passando a reformular sua posição no que diz respeito à política cultural externa. O período de pós-guerra foi um período de adaptações.

Já em 1947, o Estado Novo tinha que se reafirmar perante essas críticas, e por isso começa a reforçar a repressão aos movimentos de oposição, afastando de suas funções muitos homens importantes da ciência e cultura portuguesas, o que evidentemente foi uma grande perda para o país. (ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago, SALGUEIRO, Ângela, 2012: 195-196).

Na opinião de Sousa da Câmara, engenheiro agrônomo e diretor da Estação Agronômica Nacional, a investigação científica não tinha somente um valor utilitário, mas também um grande valor espiritual. Tudo isso deu origem a um debate sobre a questão da reforma do Instituto para a Alta Cultura. A ideia do engenheiro era que o Instituto deveria trabalhar mais estreita e diretamente com as Universidades, e apoiá-las em tudo o que necessitassem, dando-lhes pleno patrocínio. O IAC deveria transformar-se "num organismo de um tipo coordenador mais abrangente, que previsse a representação da Universidade, com uma estrutura institucional mais ampla". Sendo colocado sob a responsabilidade da Presidência do Conselho, poderia entrar num "sistema de coordenação interministerial." (Ibidem, 2012: 199).

Enfim, os diversos Centros de Estudos deveriam se adaptar à realidade do pós-guerra, e, naturalmente, também no domínio da difusão cultural isso foi feito.

Em 1949, Medeiros Gouveia, secretário do IAC, sugeriu a criação de uma secção dentro do Centro de Estudos Filológicos para o estudo da sintaxe histórica do Português, semelhante à do Instituto Miguel Cervantes na Espanha. Esse departamento poderia chamar-se Instituto Luís de Camões. (Ibidem, 2012: 204).

Perante as dificuldades para a realização de tantas ideias e reestruturações, o IAC foi alvo de muitas críticas, pois os resultados não eram satisfatórios.

E assim, dentro do contexto de pós-guerra, tivemos a reforma de 1952, quando o IAC (agora com o nome de *Instituto de Alta Cultura*) passa a ser tutelado pelo Ministério da Educação Nacional e recupera sua autonomia financeira (Ibidem, 2012: 210), continuando a ter seu domínio tanto no campo científico (estudos da energia nuclear) como intervindo na área cultural. Seu diretor foi Gustavo Cordeiro Ramos, que iria reafirmar a antiga "Política do Espírito".

Entre seus objetivos principais estava o das relações culturais e a difusão da Língua e da Cultura Portuguesas, continuando a criar ....:

[...] leitorados em universidades estrangeiras; organizar, coordenar ou subsidiar a representação intelectual oficial portuguesa; a realização de cursos de férias; promover e auxiliar exposições internacionais; «promover ou estimular o ensino do português nas comunidades portuguesas existentes em países estrangeiros; a tradução e publicação no estrangeiro de obras importantes da cultura portuguesa; colaborar com instituições culturais.

Em todas estas atribuições, era patente a lógica da projecção da cultura nacional e do País. (Ibidem, 2012: 213).<sup>15</sup>

Foram criadas duas comissões permanentes: uma para as ciências e outra para as artes e letras, encarregadas das bolsas de estudos e da criação e organização de centros de estudos e institutos de investigação, além de dois Conselhos: um de Investigação Científica e outro de Expansão Cultural para planificar, organizar e centralizar as atividades de seus respectivos domínios:

Optava-se, por um lado, por assumir duas áreas essenciais de acção do Instituto, a Investigação Científica e a Expansão Cultural, mas sem que isso significasse a respectiva autonomização de cada uma dessas áreas no próprio organismo. De facto, conforme se havia notado no parecer da Câmara Corporativa, a convivência destas duas áreas poderia revelar-se de grande utilidade, nomeadamente na perspectiva da investigação científica (intercâmbio científico). (Ibidem, ibidem).<sup>16</sup>

Sem dúvida, a política de expansão da cultura e da língua servia, antes de tudo, à projeção e afirmação do Estado Novo no exterior enquanto regime político, isto é, servia de base imprescindível para futuros relacionamentos políticos de Portugal com outras nações.

Na metade dos anos 1950, Francisco de Paula Leite Pinto era o ministro de Educação Nacional do governo Salazar. Leite foi considerado um ministro diferente dos anteriores, pois sabia chamar a atenção do Conselho para a

---

15 ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 213. ISBN 978-972-27.

16 Ibidem, ibidem.

necessidade de o governo „olhar de forma diferente para as questões da cultura, da educação (formação) e da própria ciência.“ (Ibidem, 2012: 239).

O livro *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX* cita o trecho de uma carta de Leite Pinto a Salazar de 12 de Julho de 1960:

Os países pobres como o nosso podem ser defendidos mais eficientemente pela diplomacia e pelos intelectuais do que pelos exércitos. Pelo menos os diplomatas e os professores no estrangeiro custam muito menos que os armamentos e não se desvalorizam tão rapidamente como estes.

Há muitos anos que defendo a criação de um quadro de leitores permanente junto das Universidades estrangeiras, quadro esse que devia ser formado por professores especialmente dotados para uma missão delicada da defesa da nossa cultura.

Pena é que não tenhamos critérios para alargar a nossa frente no campo da cultura. (Ibidem, 2012: 239-240, grifo e negrito meus).<sup>17</sup>

Leite Pinto mandou inúmeras cartas a Salazar onde alertava para a falta de verbas, e como era importante investir na formação.

No período que veio depois da II Guerra tentou-se reconstruir a rede de leitorados de Português no exterior, mas o crescimento foi inexpressivo, e o quadro em 1956 era de 11 leitorados. (Ibidem, 2012: 249). Um maior apoio era dado a centros estrangeiros, onde havia comunidades portuguesas mais numerosas, como por exemplo a Escola Portuguesa de Casablanca, de Bedford e Hong-Kong.

Mesmo assim, a procura de cursos de Língua Portuguesa foi crescendo em vários países, e assim, num decreto de 13 de Novembro de 1956, foi criado o curso de Língua e Cultura Portuguesas para estrangeiros, nas Faculdades de Letras, com duração de 1 ano, pois os cursos de férias, apesar de bons, somente duravam algumas semanas. (Ibidem, 2012: 251).

O curso incluía Língua, Filologia, e Literatura Portuguesa, assim como Portugal Contemporâneo (aspectos sociais e políticos), Portugal na História da Civilização e História da Arte em Portugal.

---

<sup>17</sup> Ibidem, ibidem, pp. 239-240.

Não podemos deixar de mencionar a Fundação Gulbenkian, que já tinha um papel relativamente importante (embora de coadjuvante) no que respeitava a apoios financeiros na concessão de bolsas, tanto no campo das Artes como das Ciências.

A Fundação, cujo presidente era José de Azeredo Perdigão, também preocupou-se e discutiu o problema do estatuto do investigador, mas também sempre acreditou que a “responsabilidade e a capacidade de mudar o estado das coisas” era, antes de tudo, do Estado. (Ibidem, 2012: 255).

Os problemas persistiram também durante os anos 60 e não foram resolvidos, mas, apesar de toda a falta de verbas, o IAC criou inúmeros Centros de Estudos.

Entre eles estavam:

- Em 1965, o Centro de Estudos Românicos, cujo diretor era Álvaro Júlio da Costa Pimpão, a fim de promover estudos literários e linguísticos,
- Na área de Linguística, o Centro de Estudo de Linguística Geral e Aplicada,
- O Centro de Estudos Clássicos, criado em 1966, cujo principal objetivo era criar condições para que os estudiosos das letras clássicas tivessem no seu país recursos essenciais de estudo, de investigação e de produção científica,
- O Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Por outro lado, outros Centros entraram em decadência em 1965, como o Laboratório de Fonética Experimental, pelo mesmo motivo de sempre: a falta de verbas, causando a falta de pessoal para investigação.

A partir de 1968, o IAC, sob a influência de seu presidente Manuel José de Castro Petrony Abreu Faro, intensificou a programação de atividades,

"revelando um eminente sentido de definição de uma política científica dentro do próprio Instituto." (Ibidem, 2012: 311).

Na opinião de Abreu Faro era necessário que se desse uma dimensão política e econômica ao impulso da investigação científica.

Em 26 de Abril de 1968, Abreu Faro apresentou um documento de trabalho à Sessão do Conselho Superior, onde reconhecia a necessidade de aumentar o número de cientistas, melhorar o papel do Instituto através dos centros de estudo, estreitar sua ligação e a colaboração com a Universidade e Escolas Superiores e outras entidades científicas. O documento acusava também a falta de meios para compensar os esforços de investigadores, causando isso o desinteresse dos mesmos. Era necessário a existência de uma política que atraísse esses investigadores e que tornasse suas carreiras atrativas.

De acordo com esse documento, seria difícil a obtenção de uma bolsa de estudos do IAC, sem que o bolseiro estivesse ligado a um projeto de investigação, o que impôs de fato, uma nova dinâmica às investigações, e tirando da estagnação muitas instituições da época.

Mas antes de tudo, para o presidente Abreu Faro, havia que ter uma mudança de mentalidade: uma mentalidade voltada para a ciência, "pois era através do método científico que se transmitia uma ética, um rigor e uma capacidade de solucionar problemas." (Ibidem, 2012: 316).

Tendo presente essa renovação, o Instituto defenderia três linhas de acção: a criação/institucionalização da carreira de investigador; a existência de centros de estudos, por ele regulados e coordenados; e o desenvolvimento de projectos de investigação. Na verdade, os projectos de investigação assumiam «importância capital», sendo a partir deles que se pretendia fazer convergir os investigadores e coordenar a actividade dos centros.<sup>18</sup>

Enfim, no que respeitava à Investigação Científica, dever-se-ia providenciar

---

<sup>18</sup> Ibidem, ibidem, p. 316.

uma garantia de verba permanente, e quanto ao Intercâmbio Cultural, onde o problema principal não era exatamente a falta de verbas (Ibidem, 2012: 318), dever-se-ia promover uma melhor coordenação entre os diferentes organismos envolvidos neste setor, que funcionassem bem, tanto para a investigação científica quanto para a expansão da Língua e da Cultura Portuguesa no exterior, isto é, para os leitorados.

Martins de Carvalho, membro do Conselho Superior do IAC, chega a propor a criação de um *Instituto do Português Mundial*, que abrigasse os leitorados, a política da língua e do livro, uma ação cultural no Brasil e em outros países, ainda que isso pudesse representar uma "divisão" dentro do IAC.

Enfim, pretendia-se realizar muito, mas havia grandes dificuldades para a coordenação de todas as atividades dentro do Instituto, e a relação do Instituto com a Universidade continuava indefinida ou quase que inexistente. (Ibidem, 2012: 330).

Interessante também é observar que, a guerra nas colônias não tenha prejudicado o apoio à investigação científica (Ibidem, 2012: 328-329), pelo contrário, as dotações do orçamento do Instituto aumentaram, devido à antiga crença de José Veiga Simão, último ministro da Educação Nacional do Estado Novo, de que a sobrevivência da presença portuguesa na África dependia "da respectiva ocupação técnico-científica".

Em Novembro de 1973, promulgou-se mais uma reforma no IAC, que reforçava as estruturas, cujas metas eram intensificar a divulgação da Língua e da Cultura Portuguesas no mundo, assim como, o desenvolvimento da investigação científica.

Dever-se-ia também assegurar a articulação com a *Junta Nacional de Investigação Científica*.

Compunha o quadro do IAC: um presidente e dois vice-presidentes, um Conselho Geral, os Conselhos Consultivos, e um Conselho Administrativo.

A organização dos serviços distribuía-se pelas Divisões de Investigação Científica, Bolsas de Estudo e Intercâmbio Científico, Difusão da Língua e Cultura Portuguesas, Publicações, Património e Finanças e Repartição Administrativa. (Ibidem, 2012: 333).

Todavia ainda havia uma insuficiência de estruturas fundamentais. A lista de tudo que se pretendia realizar era longa. No que dizia respeito à Língua e Cultura Portuguesas, apareciam na lista os seguintes ítems:

- Promover o estudo e divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro, nomeadamente através de institutos ou centros de cultura portuguesa, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Apoiar e manter actividades dos leitores de Português no estrangeiro;
- Apoiar a organização de cursos de férias de língua e cultura portuguesas em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros;
- Subsidiar reuniões e missões relativas à divulgação da língua e da cultura portuguesas;
- Apoiar a tradução e publicação de obras e trabalhos *que sejam expressão da cultura portuguesa*. (Ibidem, 2012: 334, grifo dos autores).

Mas, a lei n.º 408/71<sup>19</sup> de Setembro de 1971, com a reestruturação do Ministério da Educação Nacional, alterou o regime legal e administrativo do IAC, entregando todas as competências do Instituto relativas à cultura e arte, com exceção da língua e cultura portuguesas nas universidades do exterior, a um outro organismo: a *Direção-Geral dos Assuntos Culturais*.

Enfim, a reforma colocou o IAC no apoio às investigações, mas não o desvinculou totalmente da tarefa de expandir a Língua e Cultura Portuguesas nas universidades estrangeiras. (Ibidem, 2012: 336).<sup>20</sup>

---

19 Ibidem, ibidem, p. 334, apud Decreto-lei n.º 408/71, *Diário do Governo*, I Série, n.º 228, de 27 de Setembro de 1971.

20 ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 336. ISBN 978-972-27.

**O período após o 25 de Abril de 1974: o Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP):** A data de 25 de Abril de 1974 marca o fim do Estado Novo e o início de uma revolução que será responsável pela passagem de Portugal para a democracia, e com isso novas propostas surgiram, no que diz respeito à difusão da Cultura e Língua Portuguesas (ROLLO, Maria Fernanda at al, 2012: 346-348):

- O *PPD – Partido Popular Democrático* sugeria um apoio à salvaguarda e promoção dos valores culturais no estrangeiro, nomeadamente nos países de língua portuguesa,
- O *Partido Comunista Português* propunha a democratização da instrução e da cultura, pondo um fim ao monopólio das classes dominantes,
- O *Partido Socialista* defendia que todas as formas de cultura eram "funções sociais fundamentais",
- O *Partido do Centro Democrático (CDS)* defendia uma fraternidade entre os povos de língua portuguesa, a criação de um *Instituto de Relações Afro-Luso- Brasileiras*, e o *Instituto de Relações Orientais*, além de uma cooperação intensa entre os países de língua portuguesa,
- A criação de um novo ministério, isto é, o de *Assuntos Culturais*. A retomada da expansão da cultura portuguesa no exterior, não só nos países onde havia grandes colônias portuguesas, mas também com os quais havia grandes relações culturais,
- A criação de *Institutos de Cultura Portuguesa*, iniciando pelo Brasil, França e Estados Unidos, e, é claro, nos novos países de língua portuguesa.
- A criação do *Instituto Português do Livro*, juntamente com um plano nacional de leitura,
- O aumento dos leitorados de português, juntamente com a reformulação do *estatuto dos leitores*.<sup>21</sup>

---

21 Ibidem, ibidem, pp. 346-348.

As tarefas do IAC foram então divididas entre o *Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC)* e o *Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP)* – 1976-1980 – ambos organismos sob a tutela do Ministério da Educação e Investigação Científica. Ainda durante o Governo Provisório, no que dizia respeito aos cidadãos portugueses que viviam na França e na Alemanha, houve logo a preocupação de integrar o ensino da língua nos currículos escolares dos níveis de ensino básico e secundário para as crianças e adultos emigrantes. Mais tarde, sob o I Governo Institucional de Mário Soares, criou-se um serviço de coordenação geral do ensino de Português.

Com a lei nº 74, de 28 de Setembro de 1977, foram estabelecidas "disposições específicas relativas à língua e à cultura portuguesas no estrangeiro: tendo em vista o estabelecimento de sistemas «adequados de ensino da língua, história, geografia e cultura portuguesas»". (Ibidem, 2012: 354). Portugal assume, desta maneira, a responsabilidade clara de proteger os direitos educacionais de seus emigrantes, tanto no que diz respeito à igualdade de oportunidades, quanto ao direito à conservação de sua cultura e de sua língua – uma preocupação já existente nos tempos do IAC.

Não devemos esquecer de mencionar a criação de um sistema de equivalências de exames de crianças portuguesas, as quais frequentavam o ensino secundário no estrangeiro.

Além disso, o Governo empenhou-se em motivar "a criação de leitorados de Português e a inclusão do ensino e da especialização em Português nos cursos adequados do ensino superior de outros países", e a "facultar estágios em Portugal a estudantes ou licenciados" que almejassem um cargo de professor de língua e cultura portuguesas no ensino superior no estrangeiro. (ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012: 355).

Em 1979, a tutela do Instituto de Cultura Portuguesa passa à Secretaria de Estado da Cultura. O Instituto tinha a tarefa, entre outras, de apoiar e

coordenar a rede de leitores e professores de Língua e Cultura Portuguesas, e de conceder bolsas de estudo aos melhores alunos dos leitorados para frequentar cursos de férias em Portugal.

Um ano depois, o Instituto foi novamente incorporado ao Ministério de Educação e Ciência, que era tido como mais adequado para difundir a língua e a cultura em universidades estrangeiras, e que provavelmente teria condições de coordenar tudo melhor, mas essa mudança não trouxe o resultado qualitativo que se esperava:

Em boa medida, as críticas dirigidas ao modo de actuação do ICAP referiam-se à ausência de uma política concertada de desenvolvimento da rede de leitorados de Português no Mundo. (Ibidem, 2012: 357).<sup>22</sup>

Denunciava-se que o ICAP gastava muito dinheiro com o ensino de Português sem possuir um plano adequado para a difusão cultural, sem instruir devidamente os leitores enviados ao estrangeiro.

Diante de tantos problemas, alterou-se o nome do *Instituto para Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – ICALP*, iniciando-se uma nova era.

**O Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – ICALP – 1980 – 1992:**  
Fernando Alves Cristóvão assumiu a presidência do ICALP, fazendo um novo plano geral de ação no que se referia às relações culturais externas:

- a- Dever-se-ia considerar o contexto de aproximação à Comunidade Económica Europeia,
- b- Havia a necessidade de revalorizar as relações luso-brasileiras, c- Estreitar as relações com os países lusófonos da África. (Ibidem, 2012: 359-360).

---

22 Ibidem, ibidem, p. 357.

Além disso, Alves Cristóvão desejava a formação de um *Centro de Documentação* para a promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no mundo. Este Centro deveria já ser informatizado, com a abertura de uma área de investigação em ciências humanas juntamente com o INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica.

Em 1984 as atividades do ICALP estenderam-se por 27 países com 122 leitores no ensino superior e 1369 docentes nos ensinos básico e secundário, com 187.645 alunos, concedendo 826 bolsas de estudo. (Ibidem, 2012: 360-361).

Além disso deve-se citar os convênios de cooperação, investigação e intercâmbio com outras instituições, como por exemplo o Instituto Cultural de Macau (ICM), a Fundação Joaquim Nabuco em Recife (Pernambuco, Brasil), a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em Brasília, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Brasil. (Ibidem, 2012: 363).

É importante também mencionar que a cooperação com o ICM já tinha a intenção de assegurar as relações culturais, prevendo a transferência de Macau para a República Popular da China em 1999: dever-se-ia consolidar a presença cultural portuguesa no Oriente, e ao mesmo tempo, a presença da Cultura Oriental na Cultura Portuguesa.

Este acordo entre o ICALP e o ICM tinha assim por objetivo garantir manutenção do diálogo cultural e civilizacional para além da data de transferência do território, prevendo-se a criação de um centro de estudos dedicado ao ensino especializado da língua e da cultura portuguesas, a criação de leitorados de Português no Oriente, a promoção de actividades de investigação científica (sobretudo no campo documental) e divulgação cultural. (Ibidem, 2012: 364).<sup>23</sup>

---

23 Ibidem, ibidem, p. 364.

Em 1987 o ICALP sofre mais uma alteração: seu espaço de intervenção é reduzido.

Uma lei orgânica deste ano tira-lhe a responsabilidade sobre o ensino básico e secundário da Língua Portuguesa no estrangeiro, e a Direção-Geral de Apoio e Extensão Educativa passa a cuidar disso.

Segundo o Professor Mário Filipe da Silva (2005: 170)<sup>24</sup>, não era prioridade do ICALP o ensino do Português como Língua Estrangeira, mas a preocupação estava em torno de resolver o ensino da Língua Portuguesa junto aos emigrantes, pois o número de alunos vindos das comunidades portuguesas estava diminuindo. Mário Filipe acusa a despreocupação com a difusão da língua em outros níveis.

**Decreto-lei nº 135/92 de 15 de Julho de 1992<sup>25</sup>: é criado o Instituto Camões (IC) sob a tutela do Ministério da Educação:** O nome do novo Instituto é, naturalmente, uma homenagem ao grande poeta português, Luís Vaz de Camões, símbolo da expansão cultural portuguesa no mundo.

Em 1986 Portugal entrou para a UE, ou seja, para a CEE (Comunidade Económica Europeia), como era antes chamada, e neste contexto, verificamos que a importância da língua portuguesa na Europa também cresceu. Além disso, em 1989 foram traçados os primeiros planos para a criação do IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cuja concretização deu-se em 1999. Enfim, podemos verificar aqui uma série de transformações. Acompanhando estas mudanças, foi criado o IC, sob a tutela do Ministério da Educação, que veio a substituir o ICALP.

---

24 SILVA, Mário J Filipe da. (2005) *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo – Hipótese de Modelo Estratégico*, Tese de Doutoramento, Lisboa:Universidade Aberta, p. 170. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/777> . [16.08.2014].

25 Decreto-lei nº 135/92 de 15 de Julho de 1992. Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=d&cap=1-192&doc=19922035&v02=&v01=2&v03=1992-01-01&v04=1992-12-31&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=&v12=&v13=Minist%20E9rio%20da%20Educa%20E7%E3o&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar&d=2005-08-09>. [25.07.2014].

As principais metas do IC eram:

- a promoção da Língua e Cultura Portuguesas,
- o diálogo intercultural,
- a defesa da língua e a valorização da presença portuguesa no mundo.

(Ibidem, 2012: 370).

Além disso a meta era, desde o início, criar institutos, centros portugueses, professorados e leitorados no estrangeiro (incluindo a concessão de bolsas de estudo) em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Não devemos esquecer também a promoção do Português junto aos jovens e às comunidades portuguesas no estrangeiro, além de promover a língua, chamando a atenção para seu *valor económico, social e cultural*, promovendo-a como *idioma de comunicação internacional*, com a finalidade de preservar a herança cultural e o património de Portugal.

O Instituto Camões era compreendido, deste modo, e para lá do mero estatuto de instituto público, na qualidade de «novo departamento da Administração, sujeito ao enorme desafio de fazer da política da língua e da cultura uma política interdepartamental, reforçando-se o papel externo do Estado, rentabilizando a sua qualidade funcional e até aumentando a sua legitimidade interna». (ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012: 371).

O primeiro presidente do IC, Luís Adão da Fonseca <sup>26</sup>, considerava que o Instituto devia, antes de mais nada, tratar da defesa da Língua e da Cultura, pois, conforme suas próprias palavras:

A Língua é um instrumento privilegiado de uma protecção cultural, na qual entram, numa perspectiva global, Literatura e História, Antropologia e Pedagogia, Filosofia e Economia, entre outras, porque à Cultura nada é alheio de tudo quanto é expressão da actividade de criação e de pensamento. (Ibidem, 2012: 372).

---

26 Luís Adão da Fonseca (1945-...), nasceu em Lisboa, a 6 de Junho de 1945. Licenciado em História pela Faculdade de Letras do Porto (1968) e doutorado em História Medieval pela Universidade de Navarra (1975). Foi Presidente do Instituto Camões (1992-95) e vice-reitor da Universidade Lusitana do Porto. Disponível em [http://www.goodreads.com/author/show/3086170.Lu\\_s\\_Ad\\_o\\_da\\_Fonseca](http://www.goodreads.com/author/show/3086170.Lu_s_Ad_o_da_Fonseca). [25.07.2014].

Assim, o IC continuou com a mesma estratégia dos organismos que o antecederam, ou seja, a ampliação dos leitorados e do número de professores de Português no mundo, com uma rede de 166 leitorados (em 1993), em 33 países da Europa, América e da Ásia, além de coordenar e impulsionar as atividades dos centros culturais e dos institutos em cada país.

É importante mencionar que o IC também incentivou a investigação e a produção cultural relacionadas com a Língua e Cultura portuguesas, colaborando com outras organizações, como, por exemplo, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Entre 1993 e 1995, o *Programa Lusitânia*, por exemplo, abrigou 12 projetos de investigação. Entre eles temos:

- Base de Dados Falada para o Português Europeu, cuja coordenadora era Isabel Martins Trancoso,
- Corpus para um Atlas Linguístico de Portugal, cujo coordenador era João António P. Saramago,
- Estudo e Edição dos Manuscritos Autógrafos de José Régio, cuja coordenação estava a cargo de Luís Fagundes Duarte,
- História da História em Portugal e no Brasil (Séculos XVIII-XX), coordenado por Luís Reis Torgal. (Ibidem, 2012: 374).

Mais tarde, esse Programa incluiu o apoio a programas de televisão, produtos multimédia, etc.

Mais um programa foi lançado pelo IC em Março de 1993: o *Programa de Professorados de Língua e Cultura Portuguesas em Universidades Estrangeiras*, uma colaboração entre as Universidades portuguesas e estrangeiras.

A concessão de bolsas para Cursos de Verão de Língua e Cultura Portuguesas continuou, e em 1993, as Universidades Portuguesas receberam 300 <sup>27</sup> bolseiros da França, do Reino Unido, RFA, Espanha, Itália e outros países. (ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012: 374-375).

Nessa sua primeira fase, o IC apoiou a criação de cátedras de Língua e Cultura Portuguesas, cujas condições de funcionamento já foram sendo criadas a partir de 1994, com negociações de apoio com o Reino Unido. As cátedras negociadas foram:

- *Cátedra Infante D. Henrique, King´College*, em Londres, para o ensino de História de Portugal,
- *Cátedra Graduate Teaching Assistanship in Portuguese Studies*, na Universidade de Nottingham,
- *Cátedra de Estudos Portugueses D. João II*, na Universidade de Oxford, também dedicada à História de Portugal, da Cultura e da Literatura Portuguesa. (Ibidem, 2012: 379).

No Brasil foram negociadas a criação da *Cátedra Jaime Cortesão*, com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), com a finalidade de incentivar investigadores brasileiros desses temas, e a *Cátedra Padre António Vieira*, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Essas duas cátedras davam também apoio a programas de pósgraduação, conferências e publicações.

Nos Estados Unidos da América, o IC, juntamente com o CNCDP, criou a *Vasco da Gama Lectureship*, com um programa de docência de História de Portugal, que associou-se a várias universidades do país e mais a *Cátedra*

---

27 Quadro de Bolsas de Verão de Língua e Cultura Portuguesas por países de origem concedidas em 1993, in *Boletim*, Instituto Camões, nº 7, Julho de 1993, p.1 in ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX – da Junta de Educação ao Instituto Camões*. Lisboa: Instituto Camões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 374-375. ISBN 978-972-27.

*Infante D. Henrique*, à qual ainda se associaram a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Ainda continuou-se o apoio dado às cátedras que já existiam:

- *Cátedra Fernando Pessoa* (Universidade Central da Venezuela), em Caracas,
- *Cátedra Camões* (Universidade Lomonossov), em Moscou,
- *Cátedra Carolina Michaëlis de Vasconcelos* (Universidade Trier), na Alemanha. (Ibidem, 2012: 379).

O IC não se esqueceu também de acentuar a necessidade de apoio a uma rede de professores de Português nos países de língua oficial portuguesa na África, organizar Centros Culturais, apoiar a formação de professores de Português como Língua Estrangeira, não se esquecendo também da crescente importância da aplicação das novas tecnologias no ensino da língua. (Ibidem, 2012: 376).

A participação de Portugal começou a intensificar-se a vários níveis dentro do cenário internacional, por isso, em 1994 a nova lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros veio dar maior força à Língua Portuguesa no exterior, e colocou o IC sob sua tutela, ao mesmo tempo, dando maior apoio às suas atividades e à expansão na rede de docência do Português.

Em 1996 houve um grande reforço no apoio à criação de centros culturais, como por exemplo a inauguração do Centro Cultural em Luanda, no reequipamento do Centro Cultural em Bissau e a aquisição de uma nova sede para o Centro Cultural em São Tomé, além da reestruturação da rede de leitores, com novos postos na cidade de Cabo e na Cidade da Praia.

Também foi adquirido um novo edifício para servir de sede ao IC, além do lançamento do sítio do Instituto na WEB. (Ibidem, 2012: 382).

Em 2010 o número de leitorados e cátedras cresceu para 294.

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, Diário da República, I Série, n.º 231, de 27 de Novembro de 2008, encontramos as seguintes palavras:

Face a importantes transformações internacionais, fruto das dinâmicas da globalização, de novas oportunidades económicas e culturais, e de um reconhecimento renovado do valor da língua portuguesa como vector de desenvolvimento em todos os países em que é falado, urge agora dar forma coerente e integrada a uma política para a língua portuguesa capaz de responder aos novos desafios que se lhe colocam. (ROLLO, Maria Fernanda et al., 2012: 389).

Para a realização de todas as metas, era necessário que se construísse uma rede qualificada de ensino da língua portuguesa no exterior, promovendo também seu uso em todos os meios de comunicação e informação internacionais (RTP Internacional, RTP África, RDP Internacional, e RDP África), além de promover a língua na Internet, e como língua de trabalho dentro das organizações internacionais.

Por isso, o Decreto-lei n.º 165C, de 28 de Julho de 2009 <sup>28</sup>, passou as competências do Ministério da Educação para o Instituto Camões, que já tinham sido previstas em 2006, pelo MNE, incumbindo o Instituto de dirigir a rede de ensino do Português no estrangeiro, incluindo a educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Em 15 de Novembro de 2011, durante o XIX Governo Constitucional, Portugal anunciou a fusão do IC e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), com o objetivo de criar o Instituto da Cooperação e da Língua.

Atualmente o Instituto tem o nome de Camões - Instituto de Cooperação e da Língua, I.P., com sede em Lisboa.

---

28 Decreto-lei n.º 165C, de 28 de Julho de 2009. Diário da República, 1.ª série — N.º 144 — 28 de Julho de 2009, disponível em : <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20091858&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>. [08.08.2014].

**Decreto-Lei n.º 21/2012 publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 21 — 30 de janeiro de 2012 – o Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, I.P.:** Com o Decreto-Lei n.º 21/2012 promoveu-se uma nova estruturação no plano administrativo do XIX Governo Constitucional de Portugal, com a finalidade de racionalizar a utilização de recursos públicos, e consequentemente, conseguir uma redução de despesas, muito importante no processo de modernização e melhorias no funcionamento da Administração Pública.

Assim, encontramos neste Decreto-Lei o seguinte:

Com o objectivo de obter um aumento de eficácia na prestação dos serviços públicos que prosseguem, procedeu-se à fusão do Instituto Camões, I.P. (IC,I.P.), com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. (IPAD, I.P.), com a subsequente reorganização e racionalização destes dois institutos.<sup>29</sup>

Com esta fusão e a consequente criação do Camões - Instituto de Cooperação e da Língua, I.P., propôs-se dar uma maior capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no exterior.

O Camões - Instituto de Cooperação e da Língua, I.P., é o organismo da Administração Pública portuguesa responsável pela supervisão, direcção e coordenação da cooperação para o desenvolvimento, cabendo-lhe a condução dessa política pública e pela política de promoção externa da língua e da cultura portuguesas.<sup>30</sup>

No artigo n.º 1, sobre a natureza do Instituto, podemos ler que o Camões, I.P. é um instituto público com "autonomia administrativa, financeira e património próprio", e "prossegue atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) sob superintendência e tutela do respectivo ministro."<sup>31</sup>

Já o artigo 4.º traz os órgãos que compõem o Camões, I.P.: o conselho diretivo, o fiscal único e o *Conselho Consultivo para a, Língua e Cultura Portuguesas*,

---

29 Decreto-Lei n.º 21/2012 publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 21 — 30 de janeiro de 2012, p. 506, disponível em : [http://www.instituto-camoes.pt/phocadownload/decretos\\_lei/dl21\\_2012\\_lo\\_camoes.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/phocadownload/decretos_lei/dl21_2012_lo_camoes.pdf). [08.08.2014].

30 Ibidem, ibidem.

31 Ibidem, ibidem. p. 507.

que aqui nos interessa em especial, o qual é constituído pelo presidente, pelo vice-presidente e vogais.

Além disso há um representante de cada um dos membros do Governo, um diretor-geral de política externa, um diretor-geral dos assuntos europeus, e um diretor-geral dos assuntos consulares e comunidades portuguesas do MNE, entre outros representantes.

Esse Conselho Consultivo cuida do planeamento da rede de ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, fazendo também a articulação do Instituto com os órgãos do Estado e dos serviços públicos, no que diz respeito à Língua e Cultura Portuguesas.

Tudo isso indica uma excelente organização do Instituto, mas como ele se sustenta?

Essa pergunta também é respondida no artigo nº 12:

#### **Artigo 12.º**

##### **Receitas**

1 — O Camões, I. P., dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado.

2 — O Camões, I. P., dispõe ainda das seguintes receitas próprias, na área da cooperação:

- a) **As verbas que lhe forem atribuídas por instituições especializadas da União Europeia**, de outras organizações ou agências internacionais ou por outros Estados, tendo como objectivo o financiamento de programas, projectos ou acções de cooperação para o desenvolvimento;
- b) O produto de venda de bens próprios ou da constituição de direitos sobre eles;
- c) As quantias cobradas por actividades ou serviços prestados;
- d) Os subsídios, subvenções, comparticipações, quotizações, doações, heranças, legados e quaisquer liberalidades feitas a seu favor por entidades públicas ou privadas, aceites nos termos legais;
- e) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, contrato ou a outro título.

3 — O Camões, I. P., dispõe ainda das seguintes receitas próprias, na área da língua e da cultura:

- a) As quantias cobradas a título de inscrição em cursos de aprendizagem e formação, nomeadamente nos centros de língua portuguesa;
- b) O produto da venda de publicações e outros materiais próprios;

- c) As quantias cobradas por actividades ou serviços prestados;
- d) O valor das rendas e outros proventos patrimoniais;
- e) Quaisquer outras receitas atribuídas por lei, por contrato ou a outro título;
- f) As quantias atribuídas por terceiros a título de subsídio, patrocínio ou restituição.

4 — Os centros culturais portugueses e as estruturas de coordenação do ensino de português no estrangeiro dispõem das seguintes receitas próprias:

- a) As quantias provenientes de inscrições em cursos de aprendizagem e formação;
- b) As quantias resultantes da disponibilização de serviços de interesse para os utentes;
- c) As quantias provenientes da devolução de taxas e impostos indirectos pagos na aquisição de bens e serviços nos mercados locais, no estrangeiro.

5 — As dotações a que se refere o n.º 1 são entregues ao Camões, I. P., por antecipação, de harmonia com o plano de actividades e o orçamento, aprovados em duodécimos trimestrais.

6 — Os saldos das dotações orçamentais afectas a despesas de cooperação transitam para o ano económico seguinte por meio da abertura de créditos especiais, a autorizar nos termos da lei. <sup>32</sup> (grifo e negrito meus).

Com todos os altos e baixos, com todos os erros e acertos, desde o início da JEN até os dias de hoje, com o Camões, I.P., podemos observar que Portugal sempre soube dar valor à sua língua, entendendo-a como um património muito valoroso, e sempre trabalhou, e continua trabalhando para que o resto do mundo compreenda isso também.

Com esse Decreto, parece consolidada a missão primeira do Instituto, que é a de continuar promovendo a língua portuguesa, ideal que herdou das instituições que o antecederam.

Os progressos já foram muitos, embora ainda haja muito trabalho pela frente. Podemos citar como exemplo, os trabalhos na Áustria, país onde há ainda muito o que fazer, no sentido de promover o português, principalmente se observarmos o artigo nº 12, que menciona as verbas que o Instituto recebe da UE. Dessa maneira, como explicar a situação dessa língua na Áustria, um país também pertencente União?

---

32 Ibidem, ibidem, p. 510.